

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	6
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	10
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	13
INVESTIMENTOS	24
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO.....	24
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	25
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	25
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	26
AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	28
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	37
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	38
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	40
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	42
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	43
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	44
1. CONTEXTO OPERACIONAL	44
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	49
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	51
4. DA CONCESSÃO.....	54
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	56
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	57
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	58
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	59
10. TRIBUTOS DIFERIDOS	61
11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	62
12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	63
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	63
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	65
15. FORNECEDORES	69
16. TRIBUTOS.....	69
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	70
18. ENCARGOS SETORIAIS.....	74
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	74
20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	81
21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	87
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	88
23. RECEITA.....	92
24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	93
25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	93
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	94
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	95
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	97
29. SEGUROS.....	106
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	106
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	107
32. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	107
33. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	108
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	117
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	119
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	126
PARECER DO CONSELHO FISCAL	127

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Também são apresentadas as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações contábeis regulatórias e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 ficará marcado na história da Cemig D como um ano de transformação e de conquistas. Em paralelo à revisão do planejamento estratégico da Companhia, com o objetivo de “focar e vencer” e priorizar os investimentos em Minas Gerais, houve avanços importantes na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes, motivos de orgulho para todos nós que atuamos na Empresa.

No que se refere aos resultados financeiros, encerramos o ano com expressivos resultados, um lucro líquido societário de R\$1.701 milhão (41,51% superior a 2020) e um Ebitda societário de R\$3.047 milhões (33,00% superior a 2020).

Nosso endividamento financeiro, medido pela relação dívida líquida/Lajida societário ajustado, foi de 1,37 vez, o que demonstra a solidez financeira da Companhia e que dá sustentação à implementação do ambicioso programa de investimentos para os próximos anos.

A eficiência operacional é uma prioridade para a Companhia. Repetimos em 2021 o resultado obtido no ano anterior de termos as nossas despesas operacionais de distribuição totalmente cobertas pelas receitas regulatórias. A implementação de medidas adicionais de eficiência, como a redução na inadimplência e enquadramento das perdas técnicas/não técnicas de energia aos limites regulatórios, também contribuiu para que o Ebitda deste ano estivesse acima da referência regulatória.

Os excelentes resultados financeiros foram ao encontro de uma qualidade cada vez maior do serviço prestado aos clientes. O DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,46 horas, mais uma redução, que significa o melhor resultado da série histórica.

Esses resultados alcançados proporcionaram uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de rating. Em 2021, tivemos elevação das nossas notas de crédito pela Fitch e Standard&Poors, alcançando AA+ na escala nacional brasileira, também a melhor classificação de risco da Cemig D na história.

Esse quadro coroa um ano em que foi anunciado o maior plano de investimentos da história da Companhia, uma previsão de R\$12,5 bilhões até 2025.

Buscamos a satisfação do nosso cliente na digitalização e transformação dos nossos processos de relacionamento, com uma gestão ágil, eficiente e sempre com segurança. Destaca-se que esses investimentos previstos para os próximos anos - com novas subestações e reforço da rede de distribuição - permitirão uma maior oferta e acesso à energia, fator primordial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que são atendidas pela Companhia.

Todas essas conquistas aconteceram em um cenário particularmente desafiador, no qual a sociedade continuou a lidar com os efeitos significativos da pandemia de Covid-19, com reflexos também em nossos negócios.

A Cemig D, em conjunto com as demais empresas do grupo Cemig, assumiu papel de protagonismo na pandemia, reforçando sua vocação de empresa com forte responsabilidade social. Priorizamos o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos, além da firme adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, de colaboração efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, apoiando de forma direta 426 municípios.

A atuação da Cemig D se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento, com veículos da Companhia, de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

A segurança e saúde das pessoas que trabalham para a Companhia também foram um ponto primordial, sendo observados de forma rigorosa os protocolos estabelecidos. Infelizmente, mesmo com a adoção de tais práticas, ainda houve a perda de colaboradores em função da pandemia, o que nos traz pesar e sentimento de solidariedade para com as famílias.

Estamos determinados em prosseguir com práticas sustentáveis em nossas operações, criando valor para os nossos acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade. A Cemig, nossa controladora, é a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade (de forma consecutiva há 22 anos), que selecionou apenas 7 empresas do setor no mundo, além de termos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais. A Cemig também é a maior incentivadora da cultura em Minas Gerais.

O ano de 2022 traz desafios adicionais relacionados à conjuntura internacional e nacional e ainda aos efeitos da pandemia, que esperamos que possam ser amenizados em função do avanço da vacinação da população. Mas os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, resultado do compromisso da Administração e talento das pessoas que trabalham na Cemig D, nos permitem ser otimistas com relação ao futuro da Empresa.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

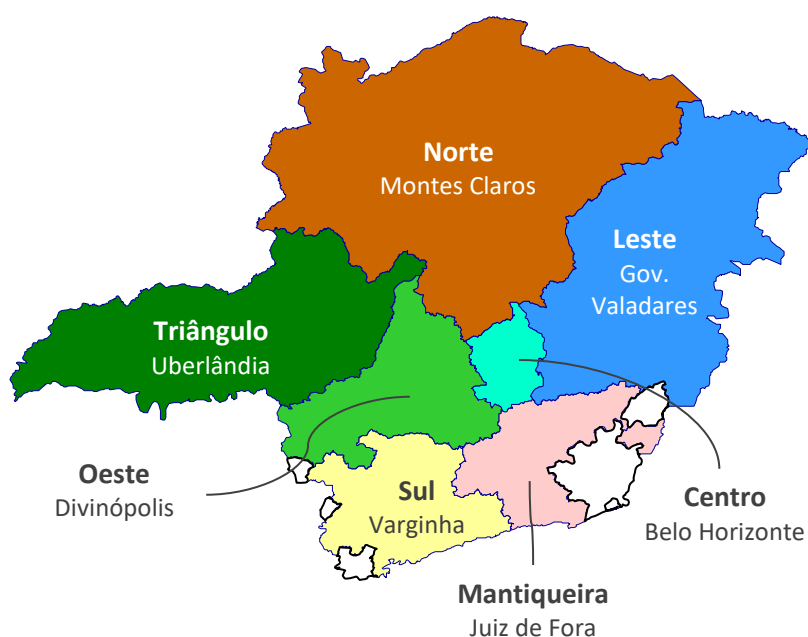
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, com 558.031 km de redes de distribuição, sendo 121.105 km em área urbana, 419.235 km de redes rurais e 17.691 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 8.885 mil clientes em 2021.

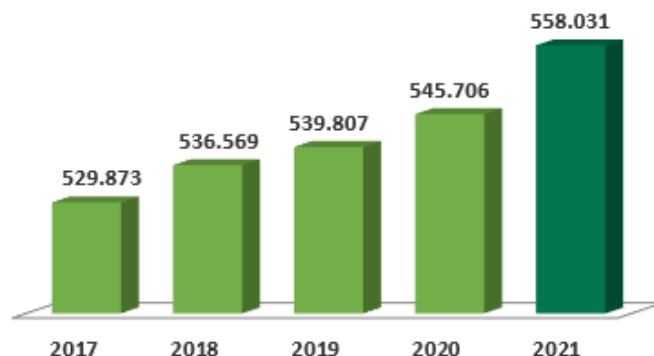
A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 950 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 13% do total de consumidores da classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Classe	Número de Consumidores				
	2021	2020	2019	2018	2017
Cientes Cativos					
Residencial	7.297.174	7.113.837	6.966.696	6.817.365	6.765.201
Industrial	29.580	29.525	29.875	72.341	73.833
Comercial	793.708	776.942	805.811	720.535	717.988
Rural	673.008	688.201	647.064	712.792	705.541
Poder público	67.584	66.388	66.855	64.322	63.477
Iluminação pública	6.831	6.144	6.677	6.418	6.137
Serviço público	13.678	13.676	11.906	13.431	12.976
Subtotal	8.881.563	8.694.713	8.534.884	8.407.204	8.345.153
Variação %	2,15	1,87	1,52	0,74	1,05
Cientes Livres					
Industrial	965	847	707	574	531
Comercial	1.263	907	724	555	456
Rural	23	17	7	6	4
Serviço Público	6	-	-	-	-
Concessionária (Distribuidora)	3	3	3	3	3
Subtotal	2.260	1.774	1.441	1.138	994
TOTAL (*)	8.883.823	8.696.487	8.536.325	8.408.342	8.346.147
Variação %	2,15	1,88	1,52	0,75	1,05

(*) Exclui o consumo próprio

Comportamento do mercado

	Mercado Atendido - GWh				
	2021	2020	2019	2018	2017
Energia Faturada	24.653	24.523	25.902	25.539	25.382
Fornecimento	24.341	24.206	25.562	25.228	25.053
Residencial	11.186	10.981	10.538	10.266	10.008
Industrial	1.695	1.773	2.383	2.588	2.611
Comércio, Serviços e Outros	4.143	4.384	5.215	5.190	5.253
Rural	3.944	3.749	3.792	3.614	3.648
Poder Público	729	714	905	871	866
Iluminação Pública	1.226	1.243	1.357	1.384	1.367
Serviço Público	1.418	1.362	1.372	1.315	1.300
Suprimento Agente Distribuição	312	317	340	311	329
Uso da Rede Distribuição					
Consumidores Livres	22.340	19.944	19.010	18.974	17.410
Industrial	20.447	18.612	17.688	17.793	16.417
Comercial	1.535	1.300	1.307	1.168	985
Rural	44	32	15	13	8
Serviço Público	4	-	-	-	-
Concessionárias	310	315	-	-	-
Total	46.993	44.467	44.912	44.513	42.792
Variação %	6,12	(0,99)	0,90	4,02	(0,88)

A distribuição de energia da Cemig D em 2021 foi de 46.521 GWh (44.284 GWh em 2020). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o residencial cativo e o industrial livre.

A energia total distribuída para essas classes representou 67,69% (43,65% do industrial e 24,05% do residencial) do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 31.492 GWh, no ano de 2021 (29.417 GWh em 2020).

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

AMBIENTE REGULATÓRIO

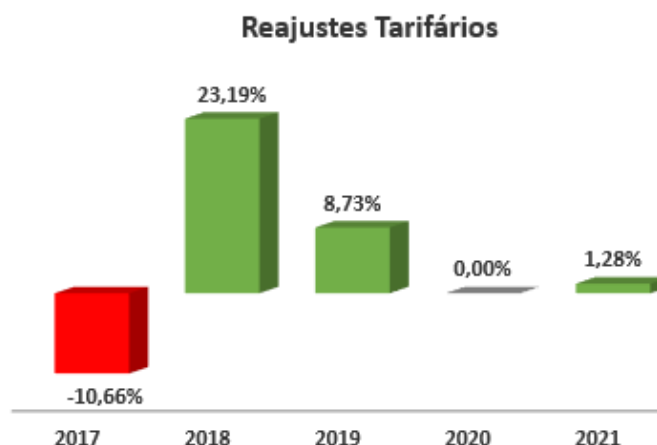
Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 20 de maio de 2021, a Companhia submeteu à Aneel proposta de reversão de R\$1.573 milhão para os consumidores de sua área de concessão, referente ao componente financeiro de ressarcimento de PIS/Pasep e Cofins, com o objetivo de contribuir para a modicidade tarifária em um momento em que toda a sociedade buscava reduzir os impactos da pandemia.

Em 25 de maio de 2021, a Diretoria da Aneel homologou o resultado do reajuste da Companhia, com um impacto médio de 1,28% nas tarifas dos consumidores. Não houve, no entanto, impacto para os consumidores residenciais, que pelo segundo ano consecutivo não tiveram reajuste em suas contas de energia elétrica.

O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 1,28%, sendo que a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, teve um reajuste de 2,64%. A variação dos custos não controláveis e a devolução parcial dos créditos de PIS/Pasep e Cofins mencionados no parágrafo anterior tiveram um efeito negativo, reduzindo o impacto total para 1,28%.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,8% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,2% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e impostos.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 725 mil clientes em 2021, o que representa um aumento de 52,90% em relação ao ano de 2020 (474 mil clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2021 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

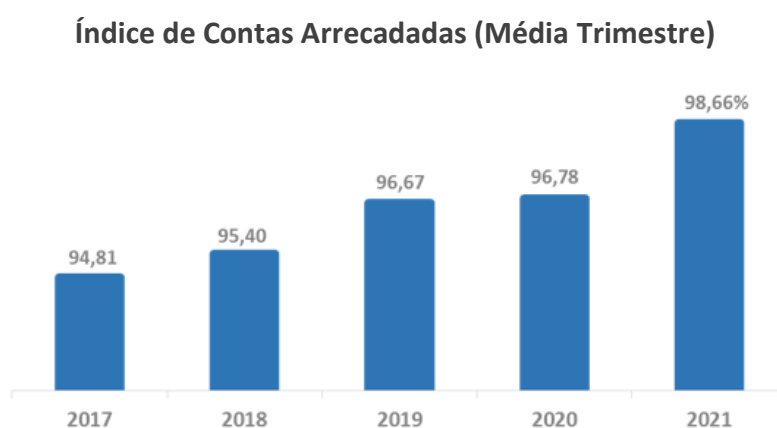
Gestão da inadimplência e arrecadação

Em 2021 foram adotadas diversas ações de cobranças com o intuito de mitigar a inadimplência e, conseqüentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ferramentas de cobrança, em mais de 30% comparado à 2020, com aproximadamente 25 milhões de cobranças através de SMS e e-mail, 6 milhões de cartas cobranças, 3 milhões de negativas, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 900 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Atuação sistemática junto aos grandes clientes, hospitais e o Poder Público;
- Intensificação e automatização de Protesto de Títulos;
- Ampliação das modalidades de pagamento, com a inclusão do PIX com QR Code em todas as faturas, sendo arrecadadas cerca de 1 milhão de faturas nessa modalidade, e possibilidade de pagamento em débito via cartão de crédito por meio dos canais digitais e diretamente com as equipes de serviço de campo;
- Campanhas de negociação, principalmente nos canais digitais e com sensibilidade para a situação de renda das famílias durante a pandemia.

Assim, a despeito do ambiente macroeconômico doméstico desafiador, impactado pelo surgimento de novas cepas da Covid-19, deterioração da economia com fechamentos de estabelecimentos comerciais e industriais, aumento do desemprego, redução da renda dos assalariados, elevação das tarifas de energia elétrica por meio de Bandeiras tarifárias motivada pela crise hídrica e a intensificação da inflação medida pelo IGP-M e IPCA, os resultados obtidos no ano foram positivos conforme evidenciado a seguir.

Observou-se que o índice de arrecadação sobre o faturamento dos últimos 12 meses obteve o resultado de 98,6%, maior índice nos últimos 5 anos. O volume arrecadado em 2021 superou R\$26 bilhões (9% superior ao ano anterior) majoritariamente em função do grande esforço feito pelas equipes de cobrança e elevação do faturamento no último trimestre:



O índice de Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa - PECLD do ano de 2021 foi 3,8% inferior ao exercício anterior, que já tinha se mostrado bastante favorável, principalmente em função da negociação dos créditos de instalações vinculadas ao Governo do Estado de Minas Gerais, negociação com hospitais, grandes clientes industriais e comerciais e atuação em cobrança intensiva na classe “Residencial”.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2021 foi de 11,27% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 1,3% em relação ao resultado de 2020, de 12,57%. O IPTD de 2021 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 2,50% de perdas não técnicas. Esse resultado está dentro da meta estabelecida pela Aneel, para a Cemig D, para o ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2021 é de 11,28%. Essa é uma conquista importante para a Companhia, fruto das diversas ações adotadas durante o ano de 2021, conforme detalhado a seguir.

Dentre as principais ações do plano de recuperação de energia de 2021 destacam-se: a realização de 384 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; regularização de aproximadamente 86 mil unidades consumidoras sem contrato e com consumo de energia; redução de perdas administrativas em cerca de 12 mil unidades consumidoras; retirada de 3,7 mil ligações clandestinas; substituição de 34 mil medidores obsoletos; e intensificação das cobranças de consumo irregular.

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza o monitoramento remoto dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa a blindagem de cerca de 60% da energia faturada da distribuidora. Tal blindagem visa identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2022 é prevista a atuação em cerca de 1 milhão de unidades consumidoras buscando a regularização e/ou modernização do parque de medição, com a ampliação do parque de medidores inteligentes e eletrônicos, visando manter a redução das perdas comerciais e o enquadramento regulatório.

Balanco energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram redução no exercício de 2021 em comparação a 2020, corroborando o enquadramento neste ano das perdas técnicas/não técnicas aos limites regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

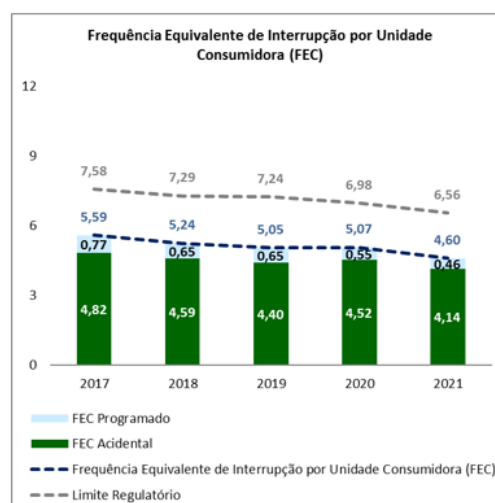
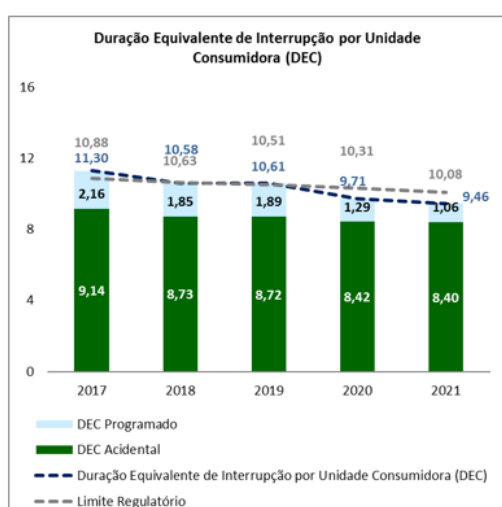
Em MWh	2021	2020	2019	2018	2017
Venda de energia	26.137.805	25.357.962	25.600.022	25.541.016	25.382.187
Fornecimento	26.137.805	25.357.962	25.600.022	25.229.870	25.053.444
Suprimento p/ agentes distribuição	-	-	-	311.146	328.743
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	22.356.887	20.195.618	19.350.933	18.974.453	17.409.500
Mercado atendido	48.494.692	45.553.580	44.950.955	44.515.469	42.791.687
Perdas na rede básica	470.140	466.904	508.504	500.011	508.371
Perdas na distribuição	6.135.258	6.545.110	7.004.818	6.861.882	7.017.378
Perdas técnicas	4.788.861	4.566.971	4.414.282	4.544.665	4.783.554
Perdas não técnicas - PNT	1.346.397	1.978.139	2.590.536	2.317.217	2.233.824
PNT / energia requerida total %	2,40%	3,76%	4,94%	4,47%	4,44%
Perdas totais - PT	6.605.398	7.012.014	7.513.322	7.361.893	7.525.749
PT / energia requerida total %	11,99%	13,34%	14,32%	14,19%	14,96%
Energia requerida total	55.100.090	52.565.594	52.464.277	51.877.362	50.317.436

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) obteve em 2021 o melhor resultado da história da Cemig D, realizando 9,46 (horas) frente ao limite de 10,08 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) apresenta relevante redução ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 4,60 (horas) em 2021, frente ao limite regulatório de 6,56 (horas).

Esses resultados evidenciam a eficácia na aplicação dos recursos, assim como, o compromisso com a melhoria contínua no atendimento aos clientes.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2021, em função da pandemia de Covid-19, a empresa segue os protocolos de segurança sanitária para a segurança de seus consumidores e colaboradores.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de protocolos registrados em 2021 foi de 10,2 milhões.

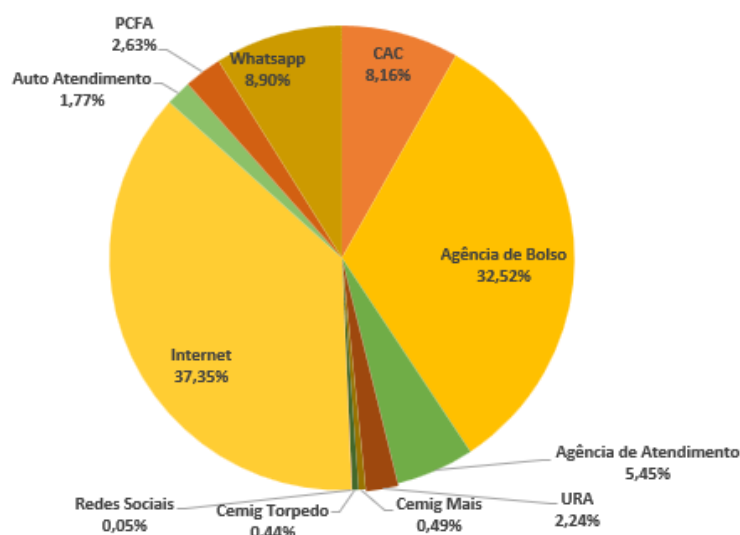
Além do seu site, com mais de 36,5 milhões de protocolos em 2021, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Telegram, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 8,7 milhões de protocolos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou mais de 31,8 milhões de protocolos em 2021.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em alguns pontos externos, foram realizados mais de 1,7 milhão de protocolos.

No total, a Companhia teve cerca de 97,8 milhões de atendimentos em 2021, por meio dos seus diversos canais.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2021:



Transformação Digital

A Cemig e a IBM celebraram uma parceria estratégica para transformar o relacionamento com os mais de 8,8 milhões de clientes no Estado de Minas Gerais.

O projeto Cliente+ foi implementado em parceria com a IBM, trazendo uma operação *omnichannel*, ou seja, convergência dos canais de atendimento existentes - telefone, totem, WhatsApp, site, Telegram, SMS e app Cemig - que proporciona um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes. Com esse novo formato de atendimento é possível a mudança de canal de atendimento sem perda da jornada já realizada até o momento da troca de canal. Exemplo: começa no WhatsApp, muda para assistente cognitivo de voz para esclarecimento de dúvidas ou para o app para digitalização de documentos pessoais ou da instalação.

Importante ressaltar que o atendimento presencial aos clientes está mantido, com equipes capacitadas e treinadas, perseguindo níveis de excelência e contando com uma plataforma de soluções tecnológicas que tornará o atendimento presencial mais ágil e completo, propiciando menos tempo na agência.

Estamos inovando e reforçando o nosso compromisso de sermos mais digitais, mais ágeis, mais tecnológicos e mais próximos dos nossos clientes.

Satisfação do consumidor

Como referência do trabalho realizado pela Concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de agosto de 2021, no qual a Companhia atingiu 69,8% de índice de satisfação, inferior em 11,5% ao valor apurado no ano anterior, fato esse que indica que, apesar dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes, a pandemia teve uma forte influência no nosso resultado. Esse mesmo impacto foi percebido por quase todas as distribuidoras, as quais também tiveram quedas expressivas em sua pontuação.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, a Companhia implantou pesquisas do NPS - *Net Promoter Score* mensais para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente nas reclamações dos nossos clientes.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC 2021 foi realizada no período de 6 de agosto de 2021 a 6 de novembro de 2021, com a aplicação de 29.068 questionários, nos 607 municípios sorteados nas áreas de concessão e de permissão das 104 distribuidoras de energia elétrica.

O resultado será conhecido a partir da primeira quinzena de março de 2022.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Efeitos da Pandemia Covid-19 sobre as nossas operações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação do Covid-19 como pandemia. Esse cenário fez com que as autoridades governamentais adotassem o distanciamento físico como medida de contenção da disseminação do vírus, o que impactou negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, desacelerando e/ou interrompendo suas cadeias de suprimentos, gerando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Também foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise.

Em resposta ao cenário anunciado, a Companhia criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de tomar decisões para mitigar os efeitos da pandemia, proteger seus colaboradores e clientes e assegurar a prestação de seus serviços.

Os impactos da pandemia de Covid-19 estão divulgados em maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1 – Contexto Operacional, dessas demonstrações contábeis regulatórias. Apesar dos impactos da pandemia nos negócios da Companhia em 2020, com parcial recuperação em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

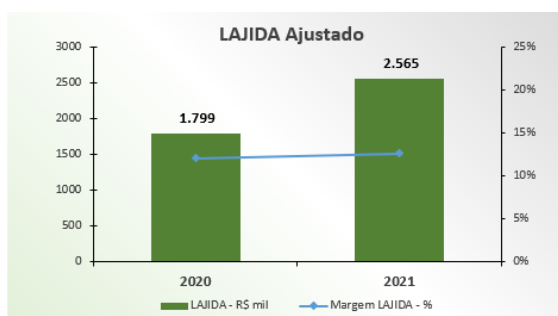
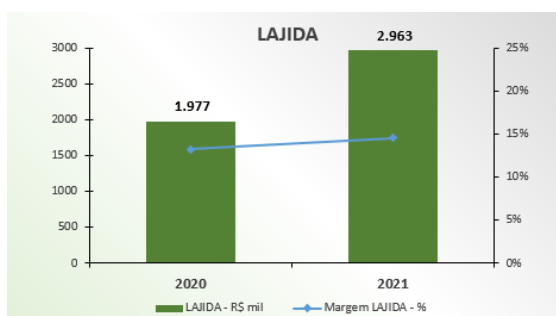
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2021, lucro de R\$1.638 milhão em comparação a R\$966 milhões no exercício de 2020. As principais variações na comparação dos resultados de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Lucro líquido do exercício	1.638	966	55,49
Despesa com imposto de renda e contribuição social	622	309	78,96
Resultado financeiro líquido	(11)	(29)	(62,07)
Amortização	714	731	(2,33)
= Lajida (1)	2.963	1.977	39,50
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (Nota 19)	(309)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.565	1.799	31,19

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 49,87% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 13,19% em 2020 para 14,57% em 2021. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 42,58% no exercício de 2021, em comparação ao exercício de 2020, enquanto a sua margem passou de 12,00% em 2020 para 12,61% em 2021.

O aumento do Lajida em 2021 decorre, principalmente, do aumento de 35,71% na receita líquida do exercício em função da melhora do consumo residencial e comercial, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores e da maior constituição de CVA em 2021, que foram parcialmente compensados pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	R\$ Mil	
	2021	2020
Fornecimento faturado	12.988	10.905
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.317	266
Suprimento faturado	454	236
Energia elétrica de curto prazo	619	-
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	12.291	11.300
Consumidores cativos	8.818	8.254
Consumidores livres	3.473	3.046
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	2.051	468
Fornecimento não faturado	(95)	13
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	2.146	455
Serviços cobráveis	17	11
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.569	1.374
Total	31.306	24.560

Fornecimento bruto de energia elétrica (compreende a receita de fornecimento faturado e não faturado e receita com consumidores cativos e livres)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$27.330 milhões em 2021, em comparação a R\$22.673 milhões no exercício de 2020, representando um aumento de 20,54%. Os principais impactos na receita em 2021 decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	2021			2020			Variações (%)	
	GWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/GWh) (2)	GWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/GWh) (2)	GWh	R\$
Residencial	11.186	11.123	994	10.981	9.875	899	1,87	12,64
Industrial	1.695	1.333	786	1.773	1.229	693	(4,40)	8,46
Comércio, serviços e outros	4.143	4.613	1.113	4.384	4.075	930	(5,50)	13,20
Rural	3.944	2.557	648	3.749	2.185	583	5,20	17,03
Poder público	729	583	800	714	522	731	2,10	11,69
Iluminação pública	1.226	718	586	1.243	550	442	(1,37)	30,55
Serviço público	1.418	879	620	1.362	721	529	4,11	21,91
Subtotal	24.341	21.807	896	24.206	19.159	792	0,56	13,82
Consumo próprio	33	-	-	34	-	-	(2,94)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	1	-	-	2	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(95)	-	-	13	-	-	-
Total	24.374	21.713	891	24.240	19.174	791	0,55	13,24

(1) Informações sobre GWh não são auditadas pelos auditores independentes.

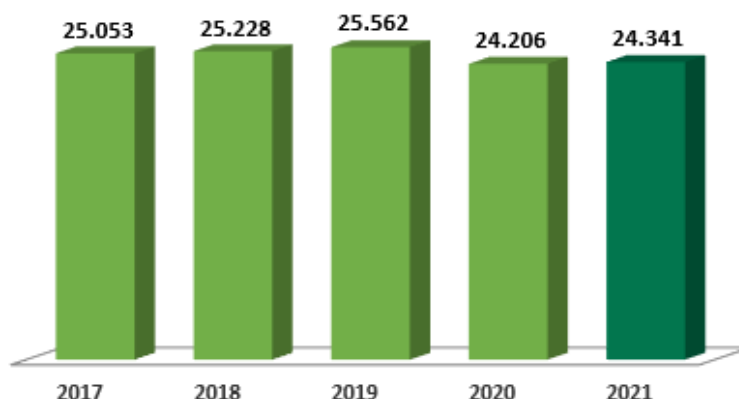
(2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- aumento de 5,20% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe rural, principalmente, pelo aumento no consumo do segmento de irrigação, em reflexo ao menor volume de chuvas em vários meses de 2021, ao comparar com o exercício de 2020;
- aumento de 4,11% na quantidade de energia vendida para a classe de serviços públicos, devido, principalmente, ao aumento do consumo ligado à captação de água, em razão do baixo volume de chuvas em vários meses de 2021;
- redução de 4,40% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre. No entanto, o preço médio da energia para essa classe aumentou 14,57% em relação ao preço do exercício anterior;
- redução de 5,50% na quantidade de energia vendida para a classe de comércio e serviços, em função da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofreu em 2021, de forma mais acentuada na comparação com outras classes, os impactos da redução da atividade em função da pandemia de Covid-19. Em contrapartida, o preço médio da energia para essa classe aumentou 20,43%, comparado ao preço de 2020.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.473 milhões, comparada a R\$3.046 milhões em 2020, representando um aumento de 14,02%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 10,27% na energia transportada no exercício de 2021, em comparação ao exercício anterior, tanto pelo aumento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021 devido à recuperação da economia, conforme abaixo.

Adicionalmente, o reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, teve efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, passando a ser de 5,74% a partir do recálculo do reajuste tarifário em 19 de agosto de 2020. E o efeito do reajuste tarifário anual de 2021, aplicável a partir de 28 de maio de 2021, foi de 2,40% sobre os consumidores livres, o que também impactou o aumento verificado.

	GWh		
	2021	2020	Var %
Industrial	20.447	18.612	9,86
Comercial	1.535	1.300	18,08
Rural	44	32	37,50
Serviço Público	4	-	-
Concessionárias	310	315	(1,59)
Total de energia transportada	22.340	20.259	10,27

Ativos financeiros setoriais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2021, foi reconhecida uma receita no montante de R\$2.146 milhões, em comparação ao montante de R\$455 milhões reconhecidos em 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão.

Ver mais informações na nota explicativa nº 13 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$453 milhões no exercício de 2021, referentes a ofertas de energia realizadas pela Companhia no segundo semestre do ano, comparadas a R\$234 milhões no exercício anterior. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.967 milhões em 2021 comparados a R\$9.573 milhões em 2020, representando um aumento de 14,56% decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.463 milhões no exercício de 2021, comparados a R\$2.209 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 11,50%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE – Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos não gerenciáveis – parcela “A”

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.447 milhões em 2021, comparada a R\$8.161 milhões em 2020, um crescimento de 40,26%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 86,35% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$6.278 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$3.369 milhões no exercício de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- aumento de 87,02% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$1.268 milhões em 2021 comparadas a R\$678 milhões em 2020. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (115.868 em dezembro de 2021, comparada a 63.845 em dezembro de 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.919.881 MWh no exercício de 2021, comparado a 1.008.590 MWh no exercício de 2020);
- aumento de 25,15% nas despesas com contratos bilaterais, sendo de R\$418 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$334 milhões no exercício de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR;
- redução de 19,14% nas despesas com cotas das usinas de Angra I e II, sendo de R\$245 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$303 milhões no exercício de 2020. Essa variação decorre do reajuste financeiro anual e da redução da cota parte da Cemig, definidos por resolução, em que o valor mensal passou de R\$25,2 milhões em 2020 para R\$20,3 milhões em 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$3.406 milhões em 2021, comparados a R\$1.799 milhões em 2020, representando um aumento de 89,33%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos, e em julho de 2021, após o reajuste anual, verificou-se um custo aproximadamente 17% superior ao custo de 2020.

Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito e à importação de energia para segurança energética do sistema em 2021, o custo elevado dessas térmicas e do dólar fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Custos gerenciáveis – parcela “B”

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$3.443 milhões em 2021 em comparação a R\$3.780 milhões em 2020, representando uma redução de 8,92%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma recuperação de despesa no montante de R\$19 milhões, em comparação a uma despesa de R\$297 milhões em 2020. Essa variação se deve, principalmente, às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 19).

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$174 milhões em 2021 comparadas a R\$497 milhões em 2020, representando uma redução de 65,01%. As principais variações que explicam essa variação são:

- variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou reversão líquida de R\$18 milhões no exercício de 2021, em comparação a uma constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal;
- redução de 97,50% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$1 milhões no exercício de 2021, em comparação a R\$40 milhões em 2020. A redução dessas provisões decorre, principalmente, do avanço no recálculo das ações trabalhistas conforme a decisão do STF, a qual definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral;
- redução de 73,52% nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram constituição líquida de R\$95 milhões no exercício de 2021, em comparação a R\$358 milhões em 2020. Esta variação é justificada majoritariamente pelo sucesso nas negociações de débitos de grandes clientes vinculados às classes do Poder Público e Comercial.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2021 foi uma receita financeira de R\$11 milhões. comparada a uma receita financeira líquida de R\$29 milhões em 2020. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 100,70% na despesa com variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$285 milhões no exercício de 2021, comparada a R\$142 milhões no exercício de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 10,06% em 2021, comparada à variação de 4,52% no mesmo período de 2020;
- aumento de 31,58% nos encargos de variação monetária - Forluz, tendo sido de R\$50 milhões no exercício de 2021, comparada a R\$38 milhões em 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da variação do IPCA, indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas com a Forluz, que apresentou uma variação de 10,06% no exercício de 2021, comparada à variação de 4,52% no exercício anterior;

- aumento de 16,15% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$453 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$390 milhões em 2020. Essa variação deve-se, basicamente, aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 sobre a renda das famílias;
- aumento de 100,00% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$64 milhões em 2021, comparada a R\$32 milhões em 2020. Essa variação se deve, basicamente, ao aumento da taxa Selic, indexador do saldo, atrelada à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2021, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$622 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.260 milhões. Em 2020, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$309 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.275 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$199 milhões, em comparação a R\$659 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2021 totalizou R\$530 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$5.394 milhões em 2020. A menor geração de caixa em 2021 decorre, basicamente, do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA, além da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$376 milhões, comparativamente ao consumo de caixa de R\$3.819 milhões em 2020. Essa variação decorre, principalmente, do resgate líquido de recursos em investimentos temporários de R\$2.165 milhões em 2021, enquanto tivemos uma aplicação líquida de R\$2.466 milhões em 2020.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2021 totalizou R\$1.366 milhão, comparado ao caixa consumido de R\$1.150 milhão em 2020. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2021 e 2020 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos adquiridos no passado.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

A Companhia continuou demonstrando resiliência e forte liquidez no ano de 2021, mesmo tendo executado um volume expressivo de investimentos, decorrente substancialmente da relevante geração de caixa em suas operações.

Beneficiando-se de eventos de liquidez ocorridos ao longo de 2020, a Companhia não efetuou captações nos últimos dois anos. Ao contrário, a Companhia amortizou um volume significativo de dívida. Em 2021, foram amortizadas R\$834 milhões de dívidas na Cemig D.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Cemig e suas subsidiárias, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA+ e na escala global para BB-. Em junho, a Moody's elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA- e na escala global reafirmou o rating em Ba3. Em outubro, a Fitch elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA+ e na escala global para BB.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo										
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	
dez-20																						
dez-21																						

Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo										
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
dez-20																						
dez-21																						

S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez-20																							
dez-21																							

Os detalhes das dívidas da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados à 7ª emissão de debêntures, que limitam a capacidade de endividamento e distribuição de dividendos da Cemig D e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da *holding* e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

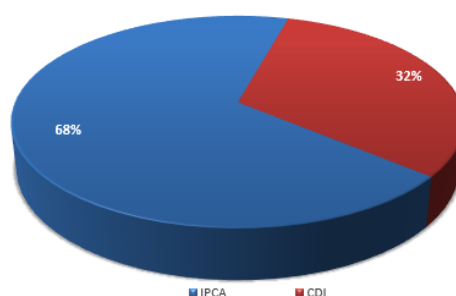
O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$4.247 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,1 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, na qual se observa uma participação expressiva de dívida referenciada ao IPCA, principalmente em função da 7ª emissão de debêntures. O custo médio da dívida da Cemig D é de 2,93% a.a. a preços constantes e de 13,34% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2021



INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2021, somaram aproximadamente R\$1.520 milhões.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos próximos a R\$12,5 bilhões de 2021 a 2025, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração encaminhou à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 29 de abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2021, no montante de R\$1.701 milhões, e ajuste devedor de R\$39 milhões contra lucros acumulados referente a benefícios pós-emprego:

- R\$84 milhões para a constituição de reserva legal;
- R\$407 milhões para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 23 de março, 29 de junho, 28 de setembro e 10 de dezembro de 2021;
- R\$505 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$21 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2021 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;

- R\$645 milhões sejam retidos no patrimônio líquido para utilização, basicamente, no programa de investimentos.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Cemig, conforme Estatuto, é composto de nove integrantes efetivos, sendo oito indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 26 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis regulatórias, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por quatro integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2021, foram realizadas 39 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo:

Serviços	2021	% em relação à auditoria	2020	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria				
Auditoria de demonstrações financeiras	2.120	100,00	1.735	100,00
Serviços Adicionais				
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	249	11,75	235	13,53
Total	2.369		1.970	

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa, e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflitos de interesses.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima, deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica no mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação, com vigência de 18 meses.

O desafio foi aberto para o público em geral, que será convidado a apresentar propostas para a formatação de novos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel. Os projetos serão avaliados sob as diretrizes de Inovação aprovadas no Planejamento Estratégico 2021-2025 e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig aguarda propostas nos macros temas:

- Produtos e Serviços Inteligentes
- Sistemas Elétricos do Futuro
- Eletrificação e Eletromobilidade
- Alternativas em Geração Sustentável

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2021, a Cemig D investiu R\$ 8,9 milhões em 36 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma *hyper-vision* de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em inteligência artificial para operação da distribuição.

Programa de Eficiência Energética

A Companhia, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de desenvolver em seus clientes a cultura do uso racional e consciente da energia elétrica.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém diversos projetos em execução, chegando a 19 iniciativas em execução no final do ano de 2021. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e projetos desenvolvidos diretamente pela Companhia.

Em 2021, o programa investiu aproximadamente R\$40 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de mais R\$140 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos a serem financiados ao longo de 2022 e 2023.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público, com destaque para a Iluminação Pública viária.

Sistemas de Gestão certificados

A Cemig busca a melhor operação de seus processos com foco na melhoria contínua da qualidade da gestão, no alcance dos objetivos estratégicos e na satisfação dos clientes. Assim, há mais de 20 anos, ela implementa e mantém certificações de seus processos na norma NBR ISO 9001.

Visando a preservação dos recursos naturais e prevenção da poluição, a Cemig tem a certificação na norma NBR ISO 14001. E com foco na prevenção de acidentes e preservação da saúde humana, ela mantém a certificação da norma ISO 45001.

Todas essas certificações são geridas como um Sistema Integrado que vem sendo melhorado ao longo dos anos. Em 2021, a Companhia deu um importante passo em direção às melhores práticas do sistema de gestão: concluiu o Projeto de Unificação dos Sistemas de Gestão, que envolveu toda a Companhia para ratificar a maturidade da Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança e da Qualidade dos processos.

Com a conclusão desse projeto, a Companhia logrou:

- Integração das diversas áreas da empresa em um escopo de certificação único;
- Aumento do compromisso dos processos de suporte com os resultados dos negócios;
- Conexão mais clara entre os processos da rotina diária com os objetivos estratégicos;
- Envolvimento de toda a empresa com a constante incorporação dos requisitos regulatórios nos processos.

A conclusão do Projeto deu-se em outubro de 2021 com a Auditoria Externa do Organismo Certificador validando o novo escopo.

AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Mantendo o ciclo de atualização no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de Compliance, vigente para o ciclo 2021/ 2022.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos e Financeiro.

A matriz de controles internos é submetida a uma avaliação anual de suficiência e aderência, sendo conduzidos ainda os testes de desenho, apoio em remediações junto aos processos e o monitoramento destes controles pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia. Reportes periódicos são realizados para a Diretoria Executiva, aos Conselhos da Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações regulatórias de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações em andamento por parte do MPMG e manifestação das autoridades nacionais e internacionais às quais os relatórios foram apresentados para confirmar se algum procedimento adicional será necessário.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações contábeis regulatórias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2021 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente via depósito bancário. Em 2021, cerca de 174 instituições receberam aproximadamente R\$61 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2021 do Al6% envolveu a participação de 1.300 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 157 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$2,3 milhões para entidades distribuídas em 79 municípios da área de influência da Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: o programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário dos empregados, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua. O Programa está estruturado para potencializar as ações do voluntariado em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Com esse objetivo a Cemig vem investindo em projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de risco social.

Unidos pela Vacina: O Movimento Unidos Pela Vacina nasceu com o objetivo de tornar viável a vacinação de todos os brasileiros contra Covid-19 até setembro de 2021. A Cemig aderiu ao movimento, composto por diversas empresas, entidades e sociedade civil organizada, que teve como objetivo adotar municípios, apoiando no fornecimento de insumos, logística e materiais para auxiliar no processo de vacinação. Entre as várias ações realizadas, a Cemig disponibilizou veículos e pessoal para contribuir com a iniciativa. No total foram 329 voluntários que disponibilizaram 1.391 horas auxiliando na aceleração da vacina.

Em 2021, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 28 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras, ações propostas pelos empregados e ações de transformação social. Participaram das ações como voluntários(as) 513 empregados, totalizando mais de 2.000 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2021, a Companhia investiu R\$19,2 milhões para patrocinar 39 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

A experimentação também está aliada ao negócio da empresa que, além de trabalhar com fontes de energia limpas e de matrizes energéticas sustentáveis, busca continuamente a inovação, aliada à pesquisa e ao desenvolvimento.

Buscar novas formas de energia fez a empresa diversificar seu portfólio e, hoje, além da energia hidroelétrica, a Cemig investe em energias como a eólica, a solar, o gás natural e, por que não, a Energia da Cultura.

Saúde

No ano de 2021, a Companhia investiu R\$9,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 18 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Em função da pandemia de Covid-19, a empresa aderiu ao programa Unidos pela Vacina, movimento que reúne empresas, associações, ONG's e entidades da sociedade civil com a finalidade de tornar viável vacinar toda a população brasileira. A Cemig está doando a 426 cidades mineiras, insumos que ajudam na organização do processo de imunização, beneficiando cerca de 7 milhões de habitantes residentes nestes municípios. Os equipamentos doados foram câmaras frias, refrigeradores tipo *frost free*, caixas térmicas de poliuretano e freezers horizontais, dentre outros.

Os voluntários da Cemig também levaram técnicos de saúde das prefeituras para vacinar idosos acamados e população em zona rural e locais de difícil acesso, os veículos da empresa foram utilizados para apoiar essa ação.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou chamada pública em 2021 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via Leis Federal ou Estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 173 projetos ao todo (116 do edital federal e 57 do edital estadual), tendo sido destinados aproximadamente R\$2 milhões para os projetos mais bem avaliados.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Cemig, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2021, foi lançado edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 48 projetos, tendo sido destinados aproximadamente R\$1,3 milhão para os projetos mais bem avaliados.

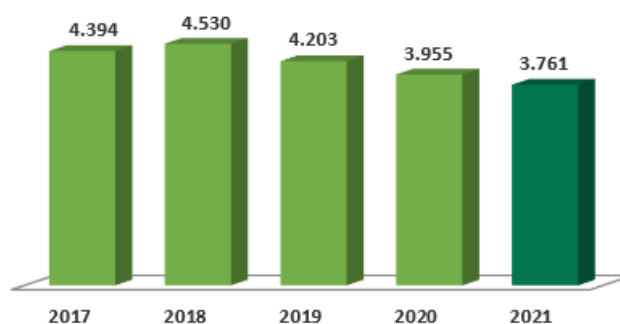
Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Cemig D vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos anos, passando de 4.394 empregados em 2017 para 3.761 em 2021, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Quantidade de empregados



Em 2021 a Companhia viabilizou a admissão de 191 novos empregados. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

Foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais. Importante ressaltar que a Companhia continuará a incentivar e priorizar o crescimento profissional dos seus empregados, valorizando a reconhecida capacidade técnica e comprometimento dos seus colaboradores.

Clima e Cultura Organizacional

Nos meses de junho e julho de 2021, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional. Houve a participação de 63% do quadro de empregados próprios, obtendo o percentual de 63,9% de favorabilidade. Este resultado demonstra que ainda existem pontos importantes que precisam ser trabalhados para melhoria da percepção dos colaboradores.

Com o objetivo de identificar e promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, a Cemig iniciou, em junho de 2020, o “Novas Energias”, programa de potencialização cultural, que busca o desenvolvimento de comportamentos que ainda não estão sedimentados, mas que são fundamentais para levar a Cemig a ter um modelo de gestão mais atual, com resultados mais sustentáveis e perenes. Foi realizado, em julho de 2020, o mapeamento cultural, que contou com a participação representativa dos empregados, sendo possível identificar os pontos fortes da Companhia e também os principais desafios e metas a serem traçados nos próximos anos.

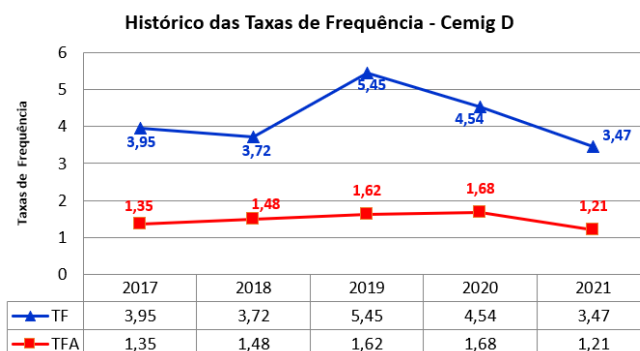
A partir deste diagnóstico, foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada Cemig.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2021 foram adotados pela nossa força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, através do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para resguardar a saúde dos trabalhadores e seus familiares além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho apresentou em 2021 os melhores índices dos últimos 5 anos.



A Companhia vem ampliando as ações de saúde e segurança com foco na prevenção, além de intensificar campanhas educativas visando a conscientização dos trabalhadores da nossa força de trabalho.

O esforço de nossos trabalhadores tem proporcionado à Companhia atingir os menores patamares históricos destes indicadores, demonstrando que ainda há muito a ser feito, mas estamos trilhando o caminho correto.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico, com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto, a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamentos para outras empresas, principalmente empresas prestadoras de serviços para a Cemig Distribuição.

Em 2021, a UniverCemig iniciou a capacitação profissional de 191 novos empregados próprios, sendo 85 eletricitas, 67 técnicos e 2 engenheiros, capacitando também 11.464 empregados terceirizados em treinamentos técnicos.

Meio ambiente

Em 2021, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$11,6 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Gestão de resíduos

Em 2021 foram encaminhadas para destinação final 49,1 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R\$25,6 milhões.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig D, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de Operação e Manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Marney Tadeu Antunes	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretoria sem denominação
Maurício Dall'Agnese	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Eduardo Soares	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Franklin Moreira Gonçalves (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Mota
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Roberta Nanini Chaur Rolim (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	198.694	659.045
Consumidores	8	2.732.157	2.728.755
Concessionárias e permissionárias	8	342.194	278.193
Serviços em curso		313.929	608.947
Tributos compensáveis	9	1.907.198	1.483.677
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	45.363	128.539
Almoxarifado operacional		29.963	29.312
Investimentos temporários	7	344.387	2.113.927
Ativos financeiros setoriais	13	3.386.001	918.077
Despesas pagas antecipadamente		3.761	2.712
Outros ativos circulantes		715.330	420.423
Total do circulante		10.018.977	9.371.607
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens destinados à alienação		12.738	12.757
Não circulante			
Consumidores	8	128.534	240.928
Concessionárias e permissionárias	8	48.148	34.085
Tributos compensáveis	9	1.197.692	2.888.626
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	68.967	66.667
Depósitos judiciais e cauções	12	619.772	527.628
Tributos diferidos	10	1.900.201	1.958.122
Investimentos temporários	7	69.125	472.371
Ativos financeiros setoriais	13	1.735.913	727.813
Bens e Direitos para uso futuro		94	94
Serviços em curso		79.268	23.570
Outros ativos não circulantes		7.759	8.243
Bens e atividades não vinculados à Concessão do serviço público de energia elétrica		5.499	5.528
Imobilizado	14	17.378.683	16.311.840
Intangível	14	543.074	488.226
Total do não circulante		23.782.729	23.753.741
Ativo total		33.814.444	33.138.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	15	2.019.994	1.783.607
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	875.254	1.181.014
Obrigações sociais e trabalhistas		228.544	212.135
Dividendos declarados e Juros sobre capital próprio	22	916.961	309.434
Benefício pós-emprego	19	244.559	213.283
Tributos	16	226.823	234.490
Encargos setoriais	18	812.503	876.039
Passivos financeiros setoriais	13	2.215.927	1.149.399
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	704.025	448.019
Outros passivos circulantes		843.935	643.663
Total do circulante		9.088.525	7.051.083
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.371.907	3.916.226
Benefício pós-emprego	19	3.928.836	4.433.298
Provisão para litígios	20	1.203.590	1.246.762
Encargos setoriais	18	276.725	257.807
Passivos financeiros setoriais	13	809.798	595.132
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	2.132.289	3.569.837
Outros passivos não circulantes		19.239	16.607
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	21	6.513.689	6.439.559
Total do não circulante		18.256.073	20.475.228
Total do passivo		27.344.598	27.526.311
Patrimônio líquido			
Capital Social	22	5.371.998	5.371.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.856.430)	(1.956.925)
Reservas de Lucros		2.954.278	2.196.721
Total do patrimônio líquido		6.469.846	5.611.794
Total do passivo e do patrimônio líquido		33.814.444	33.138.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
RECEITA	23	31.306.334	24.559.609
Fornecimento de Energia Elétrica		12.893.279	10.917.872
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		1.316.995	266.320
Energia Elétrica de Curto Prazo		618.607	-
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes		453.296	234.347
Disponibilização do Sistema de Distribuição		12.291.574	11.299.895
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		2.146.043	454.741
Suprimento a outras concessionárias		913	1.558
Serviços Cobráveis		16.698	10.821
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.568.929	1.374.055
TRIBUTOS	23	(8.157.098)	(7.049.851)
ICMS		(5.852.366)	(5.272.516)
PIS-PASEP		(410.940)	(316.908)
COFINS		(1.892.816)	(1.459.701)
ISS		(976)	(726)
ENCARGOS – PARCELA "A"	23	(2.810.032)	(2.523.016)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(89.955)	(72.632)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(74.354)	(72.631)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(2.462.504)	(2.208.555)
Taxa de Fisc. de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(21.207)	(19.779)
Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias		(162.012)	(149.419)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO	23	20.339.204	14.986.742
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	24	(14.852.695)	(9.960.012)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(11.446.699)	(8.160.921)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(3.405.996)	(1.799.091)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.486.509	5.026.730
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	25	(3.237.995)	(3.779.845)
Pessoal e Administradores		(922.094)	(1.275.069)
Materiais		(64.961)	(60.841)
Serviços de Terceiros		(1.221.938)	(1.055.390)
Arrendamentos e Aluguéis		(57.900)	(69.607)
Seguros		(10.964)	(9.491)
Doações, Contribuições e Subvenções		(15.989)	(17.491)
Provisões		(173.817)	(496.801)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(97.689)	(103.092)
(-) Recuperação de Despesas		62.527	38.469
Tributos		(5.259)	(4.523)
Depreciação e Amortização		(713.852)	(730.777)
Gastos Diversos		(255.282)	(209.497)
Outras Receitas Operacionais (reversão)		239.223	214.265
RESULTADO DA ATIVIDADE		2.248.514	1.246.885
Resultado Financeiro	26	11.459	28.635
Receitas Financeiras		747.640	609.011
Despesas Financeiras		(736.181)	(580.376)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		2.259.973	1.275.520
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(622.415)	(309.157)
Resultado Líquido do Exercício		1.637.558	966.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.637.558	966.363
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 19)	199.724	(15.845)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	(67.906)	5.387
	131.818	(10.458)
Resultado abrangente do exercício	1.769.376	955.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de reavaliação	Ganhos e perdas atuariais		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	1.010.408	144.735	(1.993.579)	-	4.533.562
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	966.363	966.363
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(10.458)	-	(10.458)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(10.458)	966.363	955.905
Reserva legal	-	59.230	-	-	(59.230)	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	(347.569)	(347.569)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	16.952	-	-	(16.952)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(97.623)	-	97.623	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	640.235	-	-	(640.235)	-
Retenção de dividendos	-	469.896	-	-	-	469.896
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.196.721	47.112	(2.004.037)	-	5.611.794
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.637.558	1.637.558
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	131.818	-	131.818
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	131.818	1.637.558	1.769.376
Reserva legal	-	83.966	-	-	(83.966)	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	(407.018)	(407.018)
Dividendos estatutários	-	-	-	-	(504.306)	(504.306)
Reserva de incentivos fiscais	-	21.213	-	-	(21.213)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(70.171)	-	70.171	-
Reserva de retenção de lucros	-	652.378	-	-	(652.378)	-
Reclassificação de perdas atuariais	-	-	-	38.848	(38.848)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	2.954.278	(23.059)	(1.833.371)	-	6.469.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		1.637.558	966.363
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Benefício pós-emprego	19	31.827	335.041
Depreciação e amortização		713.852	730.777
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25	173.817	496.801
Baixas (reversões) líquidas de intangível e imobilizado		30.131	48.000
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins à consumidores - Realização		(1.316.995)	266.320
Juros e variações monetárias		398.323	308.305
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		1.788	2.039
Ativos e passivos setoriais, líquidos		(2.146.043)	(454.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(9.985)	(121.244)
		(485.727)	2.577.661
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores		(42.502)	(222.652)
Concessionárias e permissionárias		(21.433)	21.016
Subvenção baixa renda		(3.468)	(13.490)
Ativos financeiros setoriais, líquidos		-	1.466.945
Tributos compensáveis		(47.268)	(564.516)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(51.631)	(16.915)
Depósitos judiciais e cauções		(73.353)	1.248.952
Reembolso subsídios tarifários		(204.804)	11.057
Outros		138.493	52.126
		(305.966)	1.982.523
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		209.630	202.141
Tributos		872.269	571.369
IR e CSLL a pagar		632.400	430.401
Obrigações sociais e trabalhistas		2.984	7.583
Encargos setoriais		(44.618)	114.432
Benefício pós-emprego	19	(305.289)	(264.605)
Outros		177.392	54.212
		1.54.768	1.115.533
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		753.075	5.675.717
Juros pagos	17	(222.710)	(244.027)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(37.999)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		530.365	5.393.691
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado e intangível		(1.789.520)	(1.352.775)
Investimentos temporários		2.165.122	(2.466.225)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		375.602	(3.819.000)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de Empréstimos	17	(1.123.574)	(811.705)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(242.744)	(338.287)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.366.318)	(1.149.992)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	659.045	234.346
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	198.694	659.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.884.553 consumidores em 31 de dezembro de 2021 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de *home-office* para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos e parcelamentos de valores arrecadados para clientes específicos, nos termos dos programas lançados pela Companhia durante o ano de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, em 20 de abril de 2021, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores inadimplentes atendidos em “Baixa Tensão” da classe comercial, em até 12 vezes sem juros, incluindo a isenção da atualização financeira ainda não lançada em fatura, vigente por 45 dias, visando à manutenção do fluxo de pagamento de pequenos comércios e o setor de serviços, garantindo sua sustentabilidade e contribuindo para sua sobrevivência no período mais crítico da Pandemia;
- Adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, a fim de colaborar de forma efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, com o apoio de forma direta a 426 municípios. A participação da Companhia se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, no valor de R\$2.783, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do estado.

Medidas governamentais destinadas ao setor elétrico

Foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, das quais destacamos:

- edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que previu o desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autorizou a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados;
- ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais;
- liberação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em abril de 2020, em atendimento ao Despacho Aneel nº 986/2020, de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, sendo a parcela da Cemig Distribuição de R\$122 milhões;
- implementação de medidas visando manter o serviço público de distribuição de energia, por meio da Resolução Aneel 878/2020, de 24 de março de 2020, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência, por 90 dias, prorrogado até 31 de julho de 2020, para algumas classes de consumidores (residenciais), priorização dos atendimentos de urgência e emergência, bem como do fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, elaboração de plano de contingência específico de atendimento de unidades médicas e hospitalares, entre outras. Por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, de 21 de julho de 2020, o órgão regulador alterou a Resolução Aneel 878/2020, mantendo a vedação à suspensão do fornecimento de energia a partir de agosto de 2020 somente para as subclasses residenciais baixa renda, revogando as previsões para as demais classes residenciais e relacionadas ao fornecimento de serviços e atividades considerados essenciais;
- Autorização da criação da Conta-Covid, por meio do Decreto 10.350/2020, de 18 de maio de 2020, conforme detalhado no tópico seguinte.

Conta-Covid

Em 18 de maio de 2020, visando ao enfrentamento do estado de calamidade pública causada pela pandemia Covid-19, foi autorizada, por meio do Decreto nº 10.350/2020, a criação da Conta-Covid, destinada à cobertura dos déficits ou antecipação de receitas, relativas às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia, que são a base do fluxo financeiro do setor elétrico, relacionadas (i) à sobrecontratação de energia; (ii) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA); (iii) à neutralidade dos encargos setoriais; (iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia homologados até a mesma data; e (v) à antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, conforme regulação da Aneel e cronograma definido pela distribuidora.

Em 23 de junho de 2020, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 885/2020, que estabeleceu os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid, além de regular a utilização do encargo tarifário da CDE.

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel editou o Despacho nº 181/2021, no qual definiu o encargo mensal a ser pago para amortização do empréstimo e a respectiva cobertura a ser incluída na tarifa para pagamento deste encargo. A cota anual de CDE Conta-Covid será paga pelas distribuidoras, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de energia elétrica e nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

O montante equivalente à totalidade dos valores recebidos pela Companhia da Conta-Covid durante o ano de 2020 será revertido, devidamente atualizado pela Selic, em forma de componente financeiro negativo a partir do reajuste tarifário de 2021, assegurada a neutralidade.

A Companhia aderiu ao mecanismo de compensação financeira da Conta-Covid, visando ao reforço de seu caixa, permitindo o cumprimento de suas obrigações financeiras mesmo diante da redução da arrecadação causada pela crise econômica. O total de recursos da Conta-Covid destinado à Companhia, no montante de R\$1.404.175, teve o repasse inicial de R\$1.186.390 em julho de 2020, sendo o valor restante repassado até dezembro de 2020 em parcelas mensais, afetando positivamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

São aplicadas restrições às distribuidoras que aderiram à Conta-Covid, sendo elas (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020, (ii) limitação, em caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências e, (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Em razão da manifestação das renúncias estabelecidas no Termo de Aceitação, anexo à Resolução Normativa nº 885/2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 3 de julho de 2020, aprovou a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social, com a inclusão do §4º ao artigo 33, prevendo a limitação excepcional da distribuição dos dividendos obrigatórios ou do pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitado o mínimo legal, nos casos e nos termos em que o órgão regulador, por meio de previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido.

Impacto nas demonstrações contábeis regulatórias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia de Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que as Resoluções Aneel nº 928 e nº 936 estenderam a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de outros determinados consumidores até 30 de setembro de 2021;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias;

- No que se refere ao mercado de energia elétrica, a energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras, com acesso às redes da Cemig D, apresentou aumento de 5,1% no acumulado do ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social. Esse resultado é a composição de um crescimento de 0,6% no consumo do mercado cativo e de 10,3% no uso da rede pelos clientes livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações contábeis regulatórias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 33 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 - Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 - Ativos e passivos setoriais;
- Nota 14 - Vidas úteis de ativos;
- Nota 16 - Valores a restituir a consumidores;
- Nota 19 - Benefícios pós-emprego;
- Nota 20 – Provisões para litígios;
- Nota 23 - Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.8 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores da reavaliação regulatória compulsória, ocorrida em maio de 2018, em função da 4ª revisão tarifária periódica. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com o IFRIC 12/ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2018, com base em Laudo de Reavaliação preparado pela empresa avaliadora em conjunto com a Companhia e está de acordo com os montantes homologados pela Aneel no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de maio de 2018.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração e nas normas estabelecidas pelo MCSE, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia, em consonância com as normas do MCSE, são: (i) consumidores com valores significativos ou integrantes de carteiras especiais – como a classe residencial de baixa renda e débitos de irregularidade, uma análise do saldo a receber é realizada levando-se em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores, os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, é provisionado 100% do saldo.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Práticas emitidas, mas ainda não vigentes

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado em 17 de setembro de 2021, por meio do Despacho 2.904. Tal documento contém o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, tendo resultado em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

4. DA CONCESSÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DEC e FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR^1 (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- $LAJIDA^3 \geq 0$ (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- $\{Dívida Líquida^4 / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (80\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2019); e,
- $\{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2028).

1. QRR - Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	104.930	77.758
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	77.814	474.003
Overnight (2)	15.950	107.284
	93.764	581.287
	198.694	659.045

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (65% a 108% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários (1)	19.689	341.413
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	345.714	1.754.948
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	34.937	457.503
Debêntures (4)	4.862	19.252
Fundos vinculados	2.144	9.808
Outros	6.166	3.374
	413.512	2.586.298
Ativo circulante	344.387	2.113.927
Ativo não circulante	69.125	472.371

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip, que foi de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (106% a 110% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 9,12 % a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A classificação destes investimentos temporários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 27 destas demonstrações contábeis regulatórias.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores Correntes							Valores Renegociados					2021	2020
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PDD	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	1.814.778	14.592	667.094	162.016	167.625	479.378	(704.534)	45.303	215.467	22.979	42.570	(66.579)	2.860.689	2.969.684
Residencial	701.935	13.489	458.668	107.936	111.835	58.205	(236.897)	27.275	67.183	14.956	8.833	(16.347)	1.317.071	1.236.095
Industrial	10.551	12	21.529	4.647	6.667	119.729	(110.393)	2.298	10.289	654	16.889	(14.453)	68.419	84.230
Comercial	216.274	297	95.728	28.666	28.128	112.763	(134.838)	8.440	105.380	3.886	10.001	(29.594)	445.131	438.691
Rural	108.473	691	86.392	18.521	16.913	17.987	(16.342)	6.001	13.489	3.160	1.717	(1.139)	255.863	290.461
Poder público	40.917	26	6.278	585	1232	147.992	(185.723)	285	6.907	62	67	(55)	18.573	70.921
Iluminação pública	17.135	-	680	3	3	411	(501)	176	2.975	31	387	(321)	20.979	8.842
Serviço público	38.593	-	2.647	1.395	2.550	22.268	(19.818)	782	9.149	202	4.649	(4.644)	57.773	65.832
Serviço taxado	1.205	77	1.199	263	297	23	(22)	46	95	28	27	(26)	3.212	2.577
Fornecimento não faturado	679.695	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	679.695	774.697
Arrecadação processo de classificação	-	-	(6.027)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.027)	(2.662)
Suprimento energia - Moeda nacional	-	-	76.371	-	-	913	-	-	-	-	-	-	77.284	20.653
Encargos de uso da rede elétrica	11.433	-	9.031	523	1.795	112.818	(87.648)	7.782	17.640	79	377	(111)	73.719	75.129
Suprimento \ Encargo rede não faturada	239.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	239.341	216.495
Total	2.065.552	14.592	752.496	162.539	169.420	593.109	(792.182)	53.085	233.107	23.058	42.947	(66.690)	3.251.033	3.281.961

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de dezembro de 2021, foram compensadas nove do total de 21 parcelas, no valor de R\$10.584 cada, restando em aberto o montante de R\$127.010. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	627.878
Constituições, líquidas	358.219
Baixas	(219.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	766.743
Constituições, líquidas	94.862
Baixas	(2.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	858.872

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Circulante		
ICMS a recuperar	77.705	62.221
Cofins (a) (b)	1.502.006	1.165.559
PIS/Pasep (a) (b)	327.075	254.001
Outros	412	1.896
	1.907.198	1.483.677
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	312.339	232.011
Cofins (a)	727.425	2.182.732
PIS/Pasep (a)	157.928	473.883
	1.197.692	2.888.626
	3.104.890	4.372.303

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$22.539, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização. Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos, ver na nota explicativa nº 16.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$1.825.901 no ativo circulante e R\$885.353 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No exercício de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.475.537 (R\$945.886 no exercício de 2020).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	2021	2020
Imposto de renda	37.388	108.732
Contribuição social	76.942	86.474
	114.330	195.206
Circulante	45.363	128.539
Não circulante	68.967	66.667

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Sendo a matéria constitucional com repercussão geral, a Companhia aguarda o trânsito em julgado que está pendente de eventual interposição de embargos de declaração e o resultado de eventual modulação para avaliação e registro dos potenciais efeitos da decisão, uma vez que não possui ação judicial relativa a esse tema.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2021	2020
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.324.647	1.463.842
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	320.836	281.985
Provisão para redução a valor recuperável	22.552	18.834
Provisões para contingências	350.522	356.956
Taxa de administração	4.875	5.250
Participação de empregados e administradores no resultado	29.620	25.055
Outros	2.199	2.199
	2.055.251	2.154.121
Passivos fiscais diferidos		
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	11.879	(24.269)
Encargos financeiros capitalizados	(164.716)	(168.909)
Custo de captação	(2.213)	(2.821)
	(155.050)	(195.999)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.900.201	1.958.122

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.831.491
Efeitos alocados ao resultado	121.244
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	5.387
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.958.122
Efeitos alocados ao resultado	9.985
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(67.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.900.201

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo:

2022	301.794
2023	272.174
2024	272.174
2025	272.174
2026	272.174
2027 a 2029	398.857
2030 a 2031	265.904
	2.055.251

11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	2.259.973	1.275.520
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(768.391)	(433.677)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	138.386	118.173
Incentivos fiscais	45.935	31.491
Contribuições e doações indedutíveis	(5.434)	(5.814)
Multas indedutíveis	(21.205)	(21.857)
Outros	(11.706)	2.527
	(622.415)	(309.157)
Alíquota efetiva	27,54%	24,24%
Corrente	(632.400)	(430.401)
Diferido	9.985	121.244

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2021	2020
Trabalhista	215.540	222.090
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.486	11.281
IR/INSS indenização do anuênio (1)	207.863	204.739
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	81.479	-
Outros	43.995	37.660
	344.823	253.680
Outros		
Regulatório	29.425	28.984
Cível	5.696	5.537
Relações de consumo	6.230	5.629
Bloqueio judicial	13.008	7.105
Outros	5.050	4.603
	59.409	51.858
	619.772	527.628

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões para Litígios - Indenização do Anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões para Litígios - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Amortização	Remuneração	Saldos em 31/12/2021	Valores em amortização	Valores Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	1.200.204	4.075.417	-	(1.330.393)	549.528	4.494.756	934.078	3.560.678	3.040.813	1.453.943
Aquisição de energia (CVA energia)	682.816	1.987.735	-	(628.221)	288.903	2.331.233	444.039	1.887.194	1.560.628	770.605
Custo da energia de Itaipu	235.663	707.431	-	(376.181)	302.772	869.685	265.082	604.603	622.806	246.879
Proinfa	5.857	41.305	-	(17.981)	910	30.091	11.427	18.664	22.470	7.621
Transporte rede básica	218.625	249.026	-	(208.320)	(16.311)	243.020	145.817	97.203	203.329	39.691
Transporte de energia Itaipu	17.721	10.268	-	(18.610)	3.793	13.172	13.172	-	13.172	-
ESS	38.643	1.016.886	-	(43.116)	(28.451)	983.962	30.948	953.014	594.815	389.147
CDE	879	62.766	-	(37.964)	(2.088)	23.593	23.593	-	23.593	-
Demais ativos financeiros setoriais	445.686	339.736	(39.271)	(148.586)	29.593	627.158	54.772	572.386	345.188	281.970
Quota parte de energia nuclear	20.566	3.678	-	(24.445)	18.529	18.328	17.396	932	17.947	381
Neutralidade da parcela A	138.564	126.630	-	(54.885)	726	211.035	33.425	177.610	203.944	7.091
Sobrecontratação de energia	222.832	34.211	(39.271)	-	7.465	225.237	-	225.237	19.587	205.650
Outros	63.724	175.217	-	(69.256)	2.873	172.558	3.951	168.607	103.710	68.848
Total ativos financeiros setoriais	1.645.890	4.415.153	(39.271)	(1.478.979)	579.121	5.121.914	988.850	4.133.064	3.386.001	1.735.913

Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (3)	Amortização	Remuneração	Saldos em 31/12/2021	Valores em amortização	Valores constituição	Circulante	Não circulante
CVA passiva	(487.944)	(1.279.069)	-	481.241	(490.721)	(1.776.493)	(336.968)	(1.439.525)	(1.188.687)	(587.806)
Aquisição de energia (CVA energia)	(486.247)	(1.189.028)	-	481.241	(490.772)	(1.684.806)	(336.968)	(1.347.838)	(1.134.439)	(550.367)
Proinfa	(138)	-	-	-	138	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	(1.110)	-	-	138	(972)	-	(972)	(575)	(397)
ESS	(1.559)	-	-	-	1.559	-	-	-	-	-
CDE	-	(88.931)	-	-	(1.784)	(90.715)	-	(90.715)	(53.673)	(37.042)
Demais passivos financeiros setoriais	(1.256.587)	(1.227.918)	24.151	1.235.615	(24.493)	(1.249.232)	(703.241)	(545.991)	(1.027.240)	(221.992)
Neutralidade da parcela A	(31.305)	(95.416)	-	23.614	(10.578)	(113.685)	(9.156)	(104.529)	(68.210)	(45.475)
Sobrecontratação de energia (1)	(112.867)	(106.779)	39.271	150.420	(37.611)	(67.566)	(67.566)	-	(67.566)	-
Devoluções tarifárias	(63.600)	(64.580)	-	64.123	(4.201)	(68.258)	(21.171)	(47.087)	(52.778)	(15.480)
Outros	(1.048.815)	(961.143)	(15.120)	997.458	27.897	(999.723)	(605.348)	(394.375)	(838.686)	(161.037)
Total passivos financeiros setoriais	(1.744.531)	(2.506.987)	24.151	1.716.856	(515.214)	(3.025.725)	(1.040.209)	(1.985.516)	(2.215.927)	(809.798)
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais (líquido)	(98.641)	1.908.166	(15.120)	237.877	63.907	2.096.189	(51.359)	2.147.548	1.170.074	926.115

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$192.132 em 31 de dezembro de 2021, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.

- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.
- (3) O saldo das transferências corresponde a valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 88 da REN 414/2010, incluído pela REN 714/2016.

Reajuste Tarifário Anual

Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, para vigência no período de 28 de maio de 2021 a 27 de maio de 2022, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,28%, sendo 2,14%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 0,89%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão não houve reajuste das tarifas. Este resultado decorre de variação de custos da parcela B, de 2,64%, e os repasses diretos dentro da tarifa, que reduziram em 1,37%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 8,84% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; e (b) redução de 8,80% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a redução de R\$1.573.000 referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 9,67%, e da reversão da Conta-Covid (8,78%); bem como a (c) retirada de 1,41% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias	31/12/2021			31/12/2020
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,91%	40.651.301	(25.778.880)	14.872.421	14.625.761
Custo histórico		21.724.691	(9.418.835)	12.305.856	11.730.762
Reavaliação		18.926.610	(16.360.045)	2.566.565	2.894.999
Administração	10,16%	672.372	(600.613)	71.759	82.073
Custo histórico		356.448	(295.563)	60.885	69.152
Reavaliação		315.924	(305.050)	10.874	12.921
TOTAL		41.323.673	(26.379.493)	14.944.180	14.707.834
Em curso					
Distribuição		2.372.210	-	2.372.210	1.561.113
Administração		62.293	-	62.293	42.893
TOTAL		2.434.503	-	2.434.503	1.604.006
TOTAL AIS + AIC		43.758.176	(26.379.493)	17.378.683	16.311.840

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020	Obrigações especiais brutas 31/12/2021	Amortização acumulada 31/12/2021	Obrigações especiais líquidas 31/12/2021
Distribuição	39.672.702	-	(356.511)	1.335.110	40.651.301	978.599	(25.778.880)	14.872.421	14.625.761	(10.367.732)	4.571.667	(5.796.065)
Terrenos	48.012	-	-	89	48.101	89	-	48.101	48.012	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	866.561	-	(4.089)	6.450	868.922	2.361	(524.196)	344.726	360.961	-	-	-
Máquinas e equipamentos	38.725.298	-	(352.422)	1.327.515	39.700.391	975.093	(25.222.748)	14.477.643	14.214.874	(10.367.732)	4.571.667	(5.796.065)
Veículos	26.946	-	-	1.059	28.005	1.059	(27.633)	372	108	-	-	-
Móveis e utensílios	5.885	-	-	(3)	5.882	(3)	(4.303)	1.579	1.806	-	-	-
Administração	669.047	-	(2.498)	5.823	672.372	3.325	(600.613)	71.759	82.073	(1.989)	1.848	(141)
Terrenos	3.891	-	-	(129)	3.762	(129)	-	3.762	3.891	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	97.494	-	(1.177)	1.270	97.587	93	(89.863)	7.724	7.126	-	-	-
Máquinas e equipamentos	461.589	-	(1.243)	5.642	465.988	4.399	(421.523)	44.465	50.097	(1.989)	1.848	(141)
Veículos	82.243	-	-	(1.059)	81.184	(1.059)	(73.882)	7.302	11.354	-	-	-
Móveis e utensílios	23.830	-	(78)	99	23.851	21	(15.345)	8.506	9.605	-	-	-
Subtotal	40.341.749	-	(359.009)	1.340.933	41.323.673	981.924	(26.379.493)	14.944.180	14.707.834	(10.369.721)	4.573.515	(5.796.206)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B) (1)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020	Obrigações especiais brutas 31/12/2021	Amortização acumulada 31/12/2021	Obrigações especiais líquidas 31/12/2021
Distribuição	1.449.911	2.156.573	(10.938)	(1.334.538)	2.261.008	811.097	-	2.261.008	1.449.911	(717.480)	-	(717.480)
Máquinas e equipamentos	1.239.836	1.972.217	(10.938)	(1.327.501)	1.873.614	633.778	-	1.873.614	1.239.836	(717.480)	-	(717.480)
Outros	210.075	184.356	-	(7.037)	387.394	177.319	-	387.394	210.075	-	-	-
Administração	154.095	26.343	-	(6.943)	173.495	19.400	-	173.495	154.095	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	115.131	19.206	-	(5.580)	128.757	13.626	-	128.757	115.131	(3)	-	(3)
Outros	38.964	7.137	-	(1.363)	44.738	5.774	-	44.738	38.964	-	-	-
Subtotal	1.604.006	2.182.916	(10.938)	(1.341.481)	2.434.503	830.497	-	2.434.503	1.604.006	(717.483)	-	(717.483)
Total do Ativo Imobilizado	41.945.755	2.182.916	(369.947)	(548)	43.758.176	1.812.421	(26.379.493)	17.378.683	16.311.840	(11.087.204)	4.573.515	(6.513.689)

- (1) Refere-se à constituição de provisões para perdas no montante de R\$14.659 registradas em ativos em curso (obras canceladas), líquida de reversão de provisões registradas em exercícios anteriores no montante de R\$3.722.
- (2) O saldo refere-se às transferências de bens destinados à alienação.

As adições ao imobilizado são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material/ equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	-	109	-	-	45	154
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	7.003	29.403	2.217	741	35	39.399
Máquinas e Equipamentos	1.141.581	708.720	111.430	17.378	10.013	1.989.122
Veículos	234	-	-	-	-	234
Material em Depósito	146.008	-	-	-	-	146.008
Adiantamento a Fornecedores	-	7.692	-	-	-	7.692
Depósitos Judiciais	-	12	-	-	295	307
Total das adições	1.294.826	745.936	113.647	18.119	10.388	2.182.916

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2021			31/12/2020
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20,00%	153.591	(7.766)	145.825	145.052
Custo histórico		134.557	(6.540)	128.017	127.243
Reavaliação		19.034	(1.226)	17.808	17.809
Administração	19,97%	925.718	(886.864)	38.854	74.816
Custo histórico		630.820	(592.009)	38.811	74.571
Reavaliação		294.898	(294.855)	43	245
TOTAL		1.079.309	(894.630)	184.679	219.868
Em curso					
Distribuição		210.248	-	210.248	165.576
Administração		148.147	-	148.147	102.782
TOTAL		358.395	-	358.395	268.358
TOTAL AIS + AIC		1.437.704	(894.630)	543.074	488.226

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço									
Distribuição	152.347	-	-	1.244	153.591	1.244	(7.766)	145.825	145.052
Servidões	144.889	-	-	-	144.889	-	(190)	144.699	144.699
Softwares	7.458	-	-	1.244	8.702	1.244	(7.576)	1.126	353
Administração	924.302	-	-	1.416	925.718	1.416	(886.864)	38.854	74.816
Softwares	924.287	-	-	1.416	925.703	1.416	(886.857)	38.846	74.807
Outros	15	-	-	-	15	-	(7)	8	9
Subtotal	1.076.649	-	-	2.660	1.079.309	2.660	(894.630)	184.679	219.868
Ativo intangível em curso									
Distribuição	165.576	45.916	-	(1.244)	210.248	44.672	-	210.248	165.577
Servidões	65.392	14.028	-	-	79.420	14.028	-	79.420	65.392
Softwares	1.397	542	-	(1.244)	695	(702)	-	695	1.397
Outros	98.787	31.346	-	-	130.133	31.346	-	130.133	98.788
Administração	102.782	46.781	-	(1.416)	148.147	45.365	-	148.147	102.781
Softwares	102.416	34.800	-	(1.416)	135.800	33.384	-	135.800	102.416
Outros	366	11.981	-	-	12.347	11.981	-	12.347	365
Subtotal	268.358	92.697	-	(2.660)	358.395	90.037	-	358.395	268.358
Total do ativo intangível	1.345.007	92.697	-	-	1.437.704	92.697	(894.630)	543.074	488.226

15. FORNECEDORES

	2021	2020
Energia de curto prazo - CCEE	122.384	408.932
Encargos de uso da rede elétrica (1)	181.586	198.108
Energia elétrica comprada para revenda	999.008	518.990
Itaipu binacional	331.118	325.277
Materiais e serviços	385.898	332.300
	2.019.994	1.783.607

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

16. TRIBUTOS

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	80.087	79.595
Cofins	67.996	63.682
PIS/Pasep	14.595	13.719
INSS	23.259	19.660
ISSQN	11.106	10.150
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	17.968	37.960
Outros	11.812	9.724
	226.823	234.490
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	704.025	448.019
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	2.132.289	3.569.837
	2.836.314	4.017.856

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.836.314, conforme descrito na nota explicativa nº 9, já tendo sido restituído o montante de R\$1.583.314 até dezembro de 2021 (R\$266.320 até dezembro de 2020).

A Companhia registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigora desde 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa nº 9. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 13.

Apesar do início da devolução dos valores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexado r ou Juros	Spread % a.a.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	58.063	817.191	3.371.907	4.247.161				
Eletrobrás	3	3.264	2.380	5.647	01/03/2012	Recebíveis	RGR	6,00
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (1)	48.763	274.674	824.028	1.147.465	01/03/2013	Aval e Fiança	IPCA	5,10
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão (1)	5.933	540.000	810.000	1.355.933	01/07/2019	Aval e Recebíveis	CDI	0,45
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão (1)	3.364	-	1.756.264	1.759.628	01/07/2019	Aval e Recebíveis	IPCA	4,10
(-) Custos de Transação	-	(747)	(5.763)	(6.510)				
(-) Deságio (2)	-	-	(15.002)	(15.002)				
Dívidas com Fundo de Pensão	-	244.559	3.928.836	4.173.395				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	113.689	2.436.098	2.549.787				
Forluz - Reserva Contratada	-	106.588	171.992	278.580	01/06/2008	Recebíveis	IPCA	6,00
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	-	24.297	366.160	390.457	01/04/2019	Recebíveis	IPCA	6,00
Forluz - Previdência Privada	-	(15)	954.586	954.571				

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série. Em fevereiro de 2021, a Companhia amortizou as Debêntures - 3ª emissão 2ª série.

Em 18 de junho de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente a dívida proveniente do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, no valor principal de U\$44.626, considerando as Garantias constituídas no valor de US\$42.843, por meio do pagamento de pecúnia, no valor aproximado de U\$1.783. O valor desembolsado total, considerando pecúnia, juros e comissões, corresponde a R\$10.075 na data do pagamento;

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencto Final	Freq.de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total
							2023	2024	2025	2026	2027+	
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							815.565	545.090	1.150.377	868.376	(7.051)	3.371.907
Eletróbrás	30/01/2022	Mensal	30/01/2022	30/08/2023	Mensal	SAC	2.380	-	-	-	-	2.380
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (1)	15/02/2022	Anual	15/02/2022	15/02/2025	Anual	SAC	274.591	274.849	274.588	-	-	824.028
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão (1)	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/06/2024	Mensal	SAC	539.341	270.659	-	-	-	810.000
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão (1)	15/06/2022	Semestral	15/06/2022	15/06/2026	Anual	SAC	-	-	878.132	878.132	-	1.756.264
(-) Custos de Transação							(747)	(418)	(2.343)	(2.255)	-	(5.763)
(-) Deságio (2)										(7.501)	(7.501)	(15.002)
Dívidas com Fundo de Pensão							140.310	87.976	30.705	32.547	3.637.298	3.928.836
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida							-	-	-	-	2.436.098	2.436.098
Forluz - Reserva Contratada	31/01/2022	Mensal	31/01/2022	30/06/2024	Mensal	Price	112.983	59.009	-	-	-	171.992
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	01/01/2022	Mensal	01/01/2022	01/02/2033	Mensal	Price	27.327	28.967	30.705	32.547	246.614	366.160
Forluz - Previdência Privada							-	-	-	-	954.586	954.586

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (2) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Ativos Financeiros							
Caixa e Aplicações Financeiras							
Saldo final de caixa	-	104.930	-	104.930			
Aplic. Finan. - CDB	-	2.144	-	2.144	Sim		
Aplic. Finan. - Outros Fundos de Invest.	3.259	338.985	69.125	411.368	Sim	CDI e Selic	9,12% a.a. a 130% do CDI
Aplic. Finan. - Outros	884	92.880	-	93.764			
TOTAL	4.143	538.938	69.125	612.206			

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida bruta					
Financ. / emprést. moeda estrangeira	-	-	-	-	11.725
Financ. / emprést. moeda nacional	58.063	817.191	3.371.907	4.247.161	5.085.515
Fundo de pensão	-	244.559	3.928.836	4.173.395	4.646.582
	58.063	1.061.750	7.300.743	8.420.556	9.743.822
Ativos financeiros					
Alta liquidez	(884)	(197.810)	-	(198.694)	(659.045)
Demais aplicações financeiras	(3.259)	(341.128)	(69.125)	(413.512)	(2.586.298)
	(4.143)	(538.938)	(69.125)	(612.206)	(3.245.343)
Dívida líquida	53.920	522.812	7.231.618	7.808.350	6.498.479

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Indexadores						
IPCA (1)	326.801	274.678	274.675	1.152.808	878.131	2.907.093
UFIR/RGR (2)	3.267	2.380	-	-	-	5.647
CDI (3)	545.933	540.000	270.000	-	-	1.355.933
Total por Indexadores	876.001	817.058	544.675	1.152.808	878.131	4.268.673
(-) Custos de transação	(747)	(747)	(418)	(2.343)	(2.255)	(6.510)
(-) Deságio	-	-	-	(7.501)	(7.501)	(15.002)
Total geral	875.254	816.311	544.257	1.142.964	868.375	4.247.161

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Moeda	Variação acumulada em 2021 (%)	Variação acumulada em 2020 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2021 (%)	Variação acumulada em 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	7,39	28,93	IPCA	10,06	4,52
			CDI	4,39	2,77

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.794.922
Varição monetária	142.354
Varição cambial	(6.506)
Encargos financeiros provisionados	227.192
Amortização do custo de transação	2.039
Encargos financeiros pagos	(244.027)
Amortização de principal	(811.705)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	(7.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240
Varição monetária	285.357
Varição cambial	(629)
Encargos financeiros provisionados	209.689
Amortização do custo de transação	1.788
Encargos financeiros pagos	(222.710)
Amortização de principal	(1.123.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.247.161

(1) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI + 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI + 6%). O saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes) em 2020.

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2021	2020
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	209.689	227.192
Encargos financeiros capitalizados nos ativos intangível e imobilizado (1) (Nota 14)	(12.967)	(31.559)
Efeito líquido no resultado	196.722	195.633

(1) A taxa média de capitalização foi de 10,05% a.a. em 2021 (5,60% a.a. em 2020).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

Aval e fianças	3.094.401
Recebíveis	1.147.113
Ações	5.353
Sem garantia	294
TOTAL	4.247.161

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

18. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Passivo		
Programa de eficiência energética – PEE	387.773	661.893
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	343.508	329.575
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (2)	46.557	-
CDE sobre P&D (1)	2.291	-
CDE sobre PEE (1)	4.583	-
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.809	1.683
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	251.837	89.825
	1.089.228	1.133.846
Passivo circulante	812.503	876.039
Passivo não circulante	276.725	257.807

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig, Cemig D e Cemig GT mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$309.013 e R\$58.860.

Em 2 de fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias (“AEA/MG”) pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2020.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$278.580 (R\$342.369 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$390.458 (R\$391.333 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017.) As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$256.054, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$134.404. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril a dezembro de 2021, no montante de R\$4.914, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatadas em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em fase inicial, postulatória.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

Informações atuariais

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.225.191	2.503.024	46.763	9.774.978
Valor justo dos ativos do plano	(5.614.388)	-	-	(5.614.388)
Passivo líquido inicial	1.610.803	2.503.024	46.763	4.160.590
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	12.805	-	-	12.805
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.623.608	2.503.024	46.763	4.173.395

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Valor justo dos ativos do plano	(6.310.293)	-	-	-	(6.310.293)
Passivo líquido inicial	1.778.685	2.400.299	45.751	410.232	4.634.967
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	11.614	-	-	-	11.614
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	81.870	288.703	2.949	-	373.522
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(227.578)	(111.289)	(2.778)	(25.902)	(367.547)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	116.314	(91.000)	1.427	(16.739)	10.002
	(29.394)	86.414	1.598	(42.641)	15.977
Benefícios pagos	(553.691)	(102.547)	(2.009)	(7.097)	(665.344)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Custo do serviço corrente	922	15.187	355	2.381	18.845
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Juros sobre a obrigação atuarial	537.239	167.161	3.241	29.265	736.906
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	195.864	84.353	769	(10.974)	270.012
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.434.634)	(190.141)	(3.334)	(95.615)	(1.723.724)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	423.862	151.060	2.101	(18.811)	558.212
	(814.908)	45.272	(464)	(125.400)	(895.500)
Benefícios pagos	(587.040)	(124.895)	(2.120)	(7.466)	(721.521)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	7.225.191	2.503.024	46.763	-	9.774.978

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	6.314.174
Retorno real dos investimentos	396.858
Contribuições do empregador	152.951
Benefícios pagos	(553.691)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	6.310.292
Retorno real dos investimentos	(279.672)
Contribuições do empregador	170.808
Benefícios pagos	(587.040)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	5.614.388

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2021 e 2020 são como segue:

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	922	15.187	355	2.381	18.845
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Juros sobre a obrigação atuarial	537.239	167.161	3.241	29.265	736.906
Rendimento sobre os ativos do plano	(414.912)	-	-	-	(414.912)
Despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	123.249	182.348	3.596	(277.366)	31.827

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Rendimento sobre os ativos do plano	(415.724)	-	-	-	(415.724)
Despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	127.670	171.032	3.345	32.993	335.040

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299
Despesa reconhecida no resultado	127.670	171.032	3.345	32.994	335.041
Contribuições pagas	(152.951)	(102.547)	(2.009)	(7.098)	(264.605)
Perdas (ganhos) atuariais	(29.524)	86.414	1.598	(42.642)	15.846
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581
Despesa reconhecida no resultado	123.249	182.348	3.596	31.646	340.839
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Contribuições pagas	(170.808)	(124.895)	(2.120)	(7.466)	(305.289)
Perdas (ganhos) atuariais	(119.132)	45.272	(464)	(125.400)	(199.724)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.623.608	2.503.024	46.763	-	4.173.395
				2021	2020
Passivo circulante				244.559	213.283
Passivo não circulante				3.928.836	4.433.298

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados de recuperação de despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, que incluem o custo do serviço passado decorrente do cancelamento da obrigação pós-emprego do seguro de vida, no montante de R\$18.601 (R\$296.844 de despesa em 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$50.428 (R\$38.197 em 2020).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2022 é como segue:

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Juros sobre a obrigação atuarial	735.239	261.416	4.883	1.001.538
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(563.199)	-	-	(563.199)
Estimativa de despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	173.027	272.864	5.144	451.035

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2022 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	640.527	148.147	2.588	791.262

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2022 no montante de R\$178.258 para amortização de déficit do Plano A e de R\$58.388 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
10,04	12,86	14,44	15,47

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2021	2020
Ações	7,77%	9,25%
Títulos de renda fixa	73,95%	72,17%
Imóveis	5,04%	3,71%
Outros	13,24%	14,86%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2021	2020
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	226.032	203.110
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	214.396	220.522
	440.428	423.632

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2021			2020		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,60%	10,75%	10,73%	6,83%	7,14%	7,25%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,60%	Não aplicável	Não aplicável	6,83%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,03%	5,03%	5,03%	3,32%	3,32%	3,32%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,03%	Não aplicável	6,29%	3,32%	Não aplicável	4,56%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female	AT-49 M	MI-85 Female	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	158.084	41.886	(732)	199.238
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(160.741)	(42.808)	721	(202.828)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	673.259	347.826	6.675	1.027.760

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2020	Adições	Reversões	Liquidações	2021
Trabalhistas	337.064	45.485	(44.073)	(44.745)	293.731
Cíveis					
Relações de consumo	21.540	34.884	-	(25.409)	31.015
Outras ações cíveis	29.117	19.083	-	(12.073)	36.127
	50.657	53.967	-	(37.482)	67.142
Tributárias	815.454	71.115	(88.929)	(198)	797.442
Regulatórias	29.627	4.943	(100)	(1.925)	32.545
Outras	13.960	6.902	(1.984)	(6.148)	12.730
Total	1.246.762	182.412	(135.086)	(90.498)	1.203.590

	2019	Adições	Reversões	Liquidações	2020
Trabalhistas	382.915	76.496	(36.903)	(85.444)	337.064
Cíveis					
Relações de consumo	17.767	21.408	(44)	(17.591)	21.540
Outras ações cíveis	16.329	19.144	-	(6.356)	29.117
	34.096	40.552	(44)	(23.947)	50.657
Tributárias	774.348	79.071	(37.797)	(168)	815.454
Regulatórias	16.575	13.820	(759)	(9)	29.627
Outras	13.217	5.606	(3.031)	(1.832)	13.960
Total	1.221.151	215.545	(78.534)	(111.400)	1.246.762

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.279.002 (R\$1.163.625 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$293.731 foram provisionados (R\$337.064 em 31 de dezembro de 2020), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- ✓ Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- ✓ Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- ✓ Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$148.911 (R\$117.229 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$31.015 (R\$21.540 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$376.357 (R\$277.595 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$36.127 (R\$29.117 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$886.365 (R\$990.654 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$789.576 (R\$808.447 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A variação relevante ocorrida no montante das contingências decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$120.923 (R\$109.540 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$7.866 (R\$7.007 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$311.883 (R\$256.803 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$32.545 (R\$29.627 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$419.869 (R\$356.236 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$810 (R\$687 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$250.436 (R\$428.111 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$11.920 (R\$13.273 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$207.863 (R\$204.739 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$216.064 (R\$211.026 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$101.475 (R\$91.233 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$88.563 (R\$85.944 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$309.008 (R\$284.856 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$43.312 (R\$35.973 em 31 de dezembro de 2020).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$413.375 (R\$356.907 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$198.144 (R\$167.168 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2021
Em serviço	3,93	(4.773.952)	(5.595.769)	(10.369.721)
Participação da União, Estados e Municípios		(476.606)	(574.529)	(1.051.135)
Participação Financeira do Consumidor		(3.760.975)	(4.419.917)	(8.180.892)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(4.068)	(6.016)	(10.084)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(78.301)	(118.913)	(197.214)
Pesquisa e Desenvolvimento		(4.424)	(3.995)	(8.419)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		(306.080)	(464.836)	(770.916)
Outros				
Ultrapassagem de demanda		(42.051)	-	(42.051)
Excedente de reativos		(97.243)	-	(97.243)
Outros		(4.204)	(7.563)	(11.767)
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,93	1.613.335	2.960.180	4.573.515
Participação da União, Estados e Municípios		106.011	376.791	482.802
Participação Financeira do Consumidor		1.258.831	2.154.757	3.413.588
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		2.232	3.987	6.219
Programa de Eficiência Energética - PEE		43.905	78.635	122.540
Pesquisa e Desenvolvimento		3.108	2.641	5.749
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		174.304	339.315	513.619
Outros				
Ultrapassagem de demanda		6.886	-	6.886
Excedente de reativos		15.922	-	15.922
Outros		2.136	4.054	6.190
Em curso		(717.483)	-	(717.483)
Participação da União, Estados e Municípios		(69.565)	-	(69.565)
Participação Financeira do Consumidor		(485.515)	-	(485.515)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(692)	-	(692)
Outros		(144.457)	-	(144.457)
Total		(3.878.100)	(2.635.589)	(6.513.689)

	Saldo Final em 31/12/2020	Adição (A)	Transferências (B)	Saldo Final em 31/12/2021	Adições líquidas = (A) + (B)
Em serviço	(9.987.286)	(1.979)	(380.456)	(10.369.721)	(382.435)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.006.389)	(619)	(44.127)	(1.051.135)	(44.746)
Participação financeira do consumidor	(7.843.697)	(1.344)	(335.851)	(8.180.892)	(337.195)
Doações e subvenções destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(10.068)	(16)	-	(10.084)	(16)
Programa de eficiência energética - PEE	(197.214)	-	-	(197.214)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(8.419)	-	-	(8.419)	-
Universalização do serviço público de energia elétrica	(770.916)	-	-	(770.916)	-
Outros					
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	(97.243)	-
Outros	(11.289)	-	(478)	(11.767)	(478)
(-) Amortização Acumulada - AIS	4.174.394	399.121	-	4.573.515	399.121
Participação da união, estados e municípios	443.404	39.398	-	482.802	39.398
Participação financeira do consumidor	3.098.423	315.165	-	3.413.588	315.165
Doações e subvenções destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	5.822	397	-	6.219	397
Programa de eficiência energética – PEE	114.825	7.715	-	122.540	7.715
Pesquisa e desenvolvimento	5.211	538	-	5.749	538
universalização do serviço público de energia elétrica	483.746	29.873	-	513.619	29.873
Outros					
Ultrapassagem de demanda	5.199	1.687	-	6.886	1.687
Excedente de reativos	12.023	3.899	-	15.922	3.899
Outros	5.741	449	-	6.190	449
Em curso	(626.667)	(471.272)	380.456	(717.483)	(90.816)
Participação da união, estados e municípios	(72.417)	(40.151)	43.003	(69.565)	2.852
Participação financeira do consumidor	(360.356)	(462.134)	336.975	(485.515)	(125.159)
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(3)	-	-	(3)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(17.251)	-	-	(17.251)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(692)	-	-	(692)	-
Outros	(175.948)	31.013	478	(144.457)	31.491
Total	(6.439.559)	(74.130)	-	(6.513.689)	(74.130)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro societário por ação

O lucro societário por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2021	2020
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido societário do exercício	1.700.541	1.201.554
Lucro societário básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,72	0,51

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado societário diluído por ação ordinária é igual ao resultado societário básico.

c) Outros resultados abrangentes

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, e da base de remuneração obrigatória – BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo.

A Companhia reclassificou o saldo acumulado de perdas atuariais do seguro de vida para Lucros Acumulados, no montante de R\$38.848, líquido de tributos, devido ao cancelamento do benefício pós-emprego e baixa do saldo da obrigação (mais detalhes estão disponíveis na nota explicativa nº 20).

	2021	2020
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	1.833.371	2.004.037
Reserva de reavaliação	23.059	(47.112)
Outros resultados abrangentes	1.856.430	1.956.925

d) Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros apresentada nessas demonstrações contábeis regulatórias é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	477.144	393.178
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	75.473	54.260
Reserva de retenção de lucros societária	2.851.422	2.206.232
Absorção de prejuízos regulatórios	(449.761)	(456.949)
Reserva de retenção de lucros regulatória	2.401.661	1.749.283
	2.954.278	2.196.721

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2021, a reserva legal constituída totaliza R\$83.966 (R\$59.230 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportada pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$21.213 (R\$16.952 em 31 de dezembro de 2020), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021 alcança o montante de R\$75.473 (R\$54.260 em 31 de dezembro de 2020). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

e) Dividendos

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Entretanto, o Art. 33º, inciso §2º do Estatuto Social define que o descumprimento de limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) vezes em 5 (cinco) anos poderá, conforme regulação da Aneel, limitar a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal e à reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados, observado o inciso I da subcláusula Primeira da cláusula Sétima do Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, celebrados entre a Companhia e a União.

Considerando que o indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os anos de 2016, 2017 e 2019 não foi atendido, aplicou-se a limitação para a Cemig D, em 2020, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no limite de 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no Art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016.

O DEC global foi atendido em 2020 e em 2021, isentando a Companhia da obrigação mencionada acima.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP nos montantes e datas abaixo, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

- R\$86.667, declarados em 23 de março de 2021;
- R\$95.419, declarados em 29 de junho de 2021;
- R\$105.142, declarados em 28 de setembro de 2021; e
- R\$119.790, declarados em 10 de dezembro de 2021.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$138.386, reconhecidos no resultado do exercício de 2021.

	2021
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido societário do exercício	1.700.541
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	850.271
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	61.053
	911.324
Dividendos a serem distribuídos - Proposta	
Dividendos estatutários	504.306
Juros sobre capital próprio	407.018
	911.324
Dividendos propostos por ação - R\$	0,3863

Proposta de destinação do lucro societário de 2021

O Conselho de Administração encaminhou à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 29 de abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2021, no montante de R\$1.700.541, e ajuste devedor de R\$38.848 contra lucros acumulados referente a benefícios pós-emprego:

- R\$83.966, relativos a 5% do lucro líquido societários ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$407.018 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 23 de março, 29 de junho, 28 de setembro e 10 de dezembro de 2021;
- R\$504.306 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;

- R\$21.213 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2021 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$645.190 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2022.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Nº Consumidores (*)		GWh (*)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - faturado						
Residencial	7.297.174	7.113.837	11.185.772	10.980.626	6.046.124	5.181.272
Industrial	29.580	29.525	1.694.611	1.772.812	788.877	681.970
Comercial	793.708	776.942	4.143.117	4.383.757	2.943.266	2.422.373
Rural	673.008	688.201	3.944.412	3.749.372	1.708.752	1.425.657
Poder público	67.584	66.388	729.312	713.984	351.903	309.395
Iluminação pública	6.831	6.144	1.225.733	1.242.760	411.805	286.904
Serviço público	13.678	13.676	1.418.306	1.362.402	737.554	597.181
	8.881.563	8.694.713	24.341.263	24.205.713	12.988.281	10.904.752
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização						
Suprimento - faturado	-	-	-	-	454.209	235.905
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	618.607	-
Uso da rede elétrica de distribuição - faturada						
Consumidores cativos	-	-	-	-	8.818.381	8.254.176
Consumidores livres	-	-	-	-	3.473.193	3.045.719
Fornecimento/ suprimento/rede elétrica - não faturada						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(95.002)	13.120
Constituição e amortização - ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	2.146.043	454.741
	-	-	-	-	2.051.041	467.861
Serviços cobráveis					16.698	10.821
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.568.929	1.374.055
Total	8.881.563	8.694.713	24.341.263	24.205.713	31.306.334	24.559.609

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Impostos sobre a receita		
ICMS	5.852.366	5.272.516
PIS/Pasep	410.940	316.908
Cofins	1.892.816	1.459.701
ISSQN	976	726
	8.157.098	7.049.851
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	74.354	72.631
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.415.700	2.208.555
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	26.621	29.053
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	42.223	29.053
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	21.111	14.526
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	162.012	149.419
CDE sobre P&D	15.601	-
CDE sobre PEE	31.203	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	21.207	19.779
	2.810.032	2.523.016
	10.967.130	9.572.867

24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.945.787	1.990.221
Contratos por cotas de garantia física	875.489	821.491
Cotas das usinas de Angra I e II	244.577	302.969
Energia de curto prazo - CCEE	994.946	1.056.266
Contratos bilaterais	417.728	333.676
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	6.278.209	3.368.565
PROINFA	400.638	317.587
Geração distribuída	1.268.172	678.113
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(978.847)	(707.967)
	11.446.699	8.160.921
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	3.405.996	1.799.091
	14.852.695	9.960.012

25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e administradores	2021	2020
Pessoal	908.768	1.264.668
Remuneração	463.381	482.388
Encargos	164.777	169.925
Previdência privada - corrente	44.374	47.278
Programa de demissão voluntária	31.026	19.299
Despesas rescisórias	1.182	21.335
Participação nos lucros e resultados - PLR	93.948	92.577
Outros benefícios - corrente	95.261	94.484
Benefícios pós-emprego - prev. privada - déficit ou superávit atuarial	72.821	92.818
Outros benefícios pós-emprego - déficit ou superávit atuarial (1)	(91.422)	204.026
Outros	33.420	40.538
	13.326	10.401
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	12.212	9.531
Benefícios dos administradores	1.114	870
Total	922.094	1.275.069

- (1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado. Mais informações na nota explicativa nº 20.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig D, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O custo total para o Programa corresponde a R\$29.069, representando a adesão de 271 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2020, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$45.584, correspondente à adesão de 329 empregados.

b) Serviços de terceiros	2021	2020
Leitura de medidores e entrega de contas	133.783	126.970
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	436.516	403.628
Comunicação	143.284	111.961
Conservação e limpeza de prédios	46.192	38.128
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	83.162	69.748
Corte e religação	81.615	39.107
Podas de árvores	45.707	47.600
Serviços advocatícios e custas processuais	23.144	18.521
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	10.251	4.732
Serviços de tecnologia da informação	69.838	58.499
Mão de obra contratada	5.951	5.162
Hospedagem e alimentação	8.120	6.462
Vigilância	9.219	10.312
Manutenção e conservação de veículos	2.153	1.898
Reprografia e publicações legais	15.742	14.438
Consultoria	17.439	13.759
Despesas com transporte - pessoa jurídica	4.594	5.147
Inspeção de unidades consumidoras	33.390	35.162
Serviços logísticos	3.557	9.767
Outros	48.281	34.389
	1.221.938	1.055.390

c) Provisões (reversões) operacionais	2021	2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	94.862	358.219
Perdas estimadas para outros créditos a receber (reversão)	20.692	-
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	10.937	1.571
Provisão (reversão) para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	1.412	39.593
Cíveis	53.967	40.508
Tributárias	(17.814)	41.274
Regulatórias	4.843	13.061
Outras	4.918	2.575
	47.326	137.011
	173.817	496.801

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	78.459	50.222
Acréscimos moratórios de contas de energia	452.921	390.012
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	629	6.506
Variações cambiais de Itaipu	30.257	40.862
Variações monetárias	27.629	4.690
Variação monetária depósitos judiciais	18.791	10.538
Variação monetária - ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 13)	123.935	79.907
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(35.615)	(28.216)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	-	24.811
Outras	50.634	29.679
	747.640	609.011
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(196.722)	(195.633)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(1.788)	(2.039)
Encargos de variação monetária – Forluz	(50.428)	(38.197)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	(25.404)	-
Variações cambiais de Itaipu	(57.014)	(87.639)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(285.357)	(142.354)
Variação monetária – ativos e passivos financeiros setoriais (nota 13)	(60.027)	(47.958)
Variação monetária de P&D e PEE	(11.800)	(14.521)
Outras variações monetárias	(23.072)	(30.675)
Outras	(24.569)	(21.360)
	(736.181)	(580.376)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	11.459	28.635

- (1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	167.366	334.824	-	-	107.256	127.385	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	11.370	10.072	-	-	(37.867)	(33.305)
Operações com energia elétrica (3)	72	73	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	916.961	309.434	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	2.362	1.707	-	-	(4.826)	(5.700)
Operações com energia elétrica (3)	3.431	1.245	32.717	29.421	28.784	27.194	(337.480)	(300.410)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	9.857	8.037	52.713	41.592	(105.468)	(87.473)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	24.105	22.668	-	-	(212.714)	(203.200)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	26.809	25.154	-	-	(235.916)	(225.249)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	983	922	-	-	(8.825)	(8.410)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	8.483	7.188	-	-	(109.492)	(88.345)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (4)	-	-	62	3.722	-	134	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	570	-	622	144	6.356	5.348	(5.472)	(4.785)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	15.950	107.284	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	336.078	2.100.746	-	-	3.973	20.097	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	69.125	472.371	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	130.870	114.956	-	-	(123.249)	(127.670)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (6)	-	-	-	-	-	-	(52.564)	(53.287)
Custeio administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(23.082)	(21.863)
Arrendamento operacional (8)	127.031	127.659	17.186	16.644	-	-	(21.709)	(29.529)
Não circulante								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	1.492.738	1.675.343	-	-	-	-
Arrendamento operacional (8)	-	-	122.532	119.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	127.015	104.556	-	-	(185.944)	(174.377)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	2.422.772	2.341.494	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar será de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de dezembro de 2021, nove parcelas foram compensadas;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Distribuição;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, sendo 18,95% em 31 de dezembro de 2021 (61,84% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
Remuneração	10.485	9.857
Participação nos resultados	1.946	3.278
Previdência privada	954	724
Planos de saúde e odontológico	115	94
Seguro de vida	7	-
Total	13.507	13.953

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da Administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Investimentos temporários - aplicações financeiras	2	218.822	218.822	754.013	754.013
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 8)	2	3.083.667	3.083.667	2.947.137	2.947.137
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais (Nota 8)	2	167.366	167.366	334.824	334.824
Investimentos temporários - Fundos vinculados	2	2.144	2.144	9.808	9.808
Ativos financeiros setoriais	3	5.121.914	5.121.914	1.645.890	1.645.890
Outros ativos - Reembolso de subsídios tarifários	2	287.420	287.420	82.616	82.616
Outros ativos - Subvenção baixa renda	2	46.540	46.540	43.072	43.072
Depósitos judiciais e cauções	2	619.772	619.772	527.628	527.628
		9.547.645	9.547.645	6.344.988	6.344.988
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	93.764	93.764	581.287	581.287
Investimentos temporários					
Certificados de depósitos bancários	2	19.689	19.689	341.413	341.413
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	34.937	34.937	457.503	457.503
Letras financeiras - bancos	2	137.920	137.920	1.023.561	1.023.561
		192.546	192.546	1.822.477	1.822.477
		286.310	286.310	2.403.764	2.403.764
		9.833.955	9.833.955	8.748.752	8.748.752
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.247.161)	(4.247.161)	(5.097.240)	(5.097.240)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(278.580)	(278.580)	(342.369)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(390.458)	(390.458)	(391.333)	(391.333)
Passivos financeiros setoriais	2	(3.025.725)	(3.025.725)	(1.744.531)	(1.744.531)
Fornecedores	2	(2.019.994)	(2.019.994)	(1.783.607)	(1.783.607)
		(9.961.918)	(9.961.918)	(9.359.080)	(9.359.080)

- (1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 126,42% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,79% a CDI + 4,67%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2021		2020	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-		(2.256)	(11.725)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(59.335)	(331.118)	(62.593)	(325.277)
Passivo líquido exposto		(331.118)		(337.002)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2022 será uma desvalorização de 8,61% (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	2021	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,10	Cenário possível Dólar R\$6,38	Cenário remoto Dólar R\$7,65
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(331.118)	(302.608)	(378.556)	(453.911)
Passivo líquido exposto	(331.118)	(302.608)	(378.556)	(453.911)
Efeito líquido da variação cambial		28.510	(47.438)	(122.793)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2021. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2021	2020
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 6)	93.764	581.287
Investimentos temporários (Nota 7)	413.512	2.586.298
Ativos financeiros setoriais (Nota 13)	5.121.914	1.645.890
	5.629.190	4.813.475
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.355.933)	(1.891.927)
Passivos financeiros setoriais (Nota 13)	(3.025.725)	(1.744.531)
	(4.381.658)	(3.636.458)
Ativo líquido exposto	1.247.532	1.177.017

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, a taxa Selic será de 13,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2021	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 13,00%	Cenário possível Selic 9,75%	Cenário remoto Selic 6,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 6)	93.764	105.953	102.906	99.859
Investimentos temporários (Nota 7)	413.512	467.269	453.829	440.390
Ativos financeiros setoriais (Nota 13)	5.121.914	5.787.763	5.621.301	5.454.838
	5.629.190	6.360.985	6.178.036	5.995.087
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.355.933)	(1.532.204)	(1.488.136)	(1.444.069)
Passivos financeiros setoriais (Nota 13)	(3.025.725)	(3.419.069)	(3.320.733)	(3.222.397)
	(4.381.658)	(4.951.273)	(4.808.869)	(4.666.466)
Ativo líquido exposto	1.247.532	1.409.712	1.369.167	1.328.621
Efeito líquido da variação das taxas de juros		162.180	121.635	81.089

Risco de inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2021, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2021	2020
Ativos		
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 27)	167.366	334.824
	167.366	334.824
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(2.907.093)	(3.211.127)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(278.580)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(390.458)	(391.333)
	(3.576.131)	(3.944.829)
Passivo líquido exposto	(3.408.765)	(3.610.005)

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 6,68% e a taxa de IGPM será de 11,46% em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	2021	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 6,68% IGPM 11,46%	Cenário possível IPCA 8,35% IGPM 14,33%	Cenário remoto IPCA 10,02% IGPM 17,19%
Ativos				
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 27)	167.366	186.546	191.350	196.136
	167.366	186.546	191.350	196.136
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(2.907.093)	(3.101.287)	(3.149.835)	(3.198.384)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(278.580)	(297.189)	(301.841)	(306.494)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(390.458)	(416.541)	(423.061)	(429.582)
	(3.576.131)	(3.815.017)	(3.874.737)	(3.934.460)
Passivo líquido exposto	(3.408.765)	(3.628.471)	(3.683.387)	(3.738.324)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(219.706)	(274.622)	(329.559)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	56.675	444.301	551.127	3.837.503	-	4.889.606
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.042	20.284	93.260	194.978	-	318.564
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.439	8.953	41.283	239.518	349.131	643.324
	71.156	473.538	685.670	4.271.999	349.131	5.851.494
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.760.485	259.509	-	-	-	2.019.994
	1.831.641	733.047	685.670	4.271.999	349.131	7.871.488

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$858.872.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

- (1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
- (2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody’s ou Standard & Poors.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Covid-19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia de Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Risco Hidrológico

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

A Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2021	2020
Total do passivo	27.344.598	27.526.311
Caixa e equivalentes de caixa	(198.694)	(659.045)
Investimentos temporários	(413.512)	(2.586.298)
Passivo líquido	26.732.392	24.280.968
Total do patrimônio líquido	6.469.846	5.611.794
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	4,13	4,33

29. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2021 a 27/05/2022	US\$1.500 US\$4.000	US\$12 3
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2021 a 02/11/2022	R\$68.950	R\$115
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2022 a 08/01/2023	R\$487.948	R\$150
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2021 a 30/09/2022	R\$96.115	R\$104
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil	(2)	07/12/2021 a 07/12/2022	R\$588.617	R\$986

(1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$269.785 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.530.224	1.576.776	1.576.776	1.576.776	1.576.776	31.535.528	39.372.856
Transporte de energia elétrica de Itaipu	215.389	218.223	222.040	158.810	91.641	429.448	1.335.551
Compra de energia - leilão	3.823.036	3.340.834	3.553.197	3.356.128	3.032.771	44.839.384	61.945.350
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	332.019	332.019	332.929	222.207	67.634	53.629	1.340.437
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	255.726	262.724	264.873	264.149	264.149	5.314.059	6.625.680
Cotas de garantias físicas	852.214	709.374	668.480	563.124	477.272	10.599.840	13.870.304
	7.008.608	6.439.950	6.618.295	6.141.194	5.510.243	92.771.888	124.490.178

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$12.967 no exercício de 2021 (R\$31.559 no exercício de 2020).

32. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações regulatórias de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações em andamento por parte do MPMG e manifestação das autoridades nacionais e internacionais às quais os relatórios foram apresentados para confirmar se algum procedimento adicional será necessário.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações contábeis regulatórias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ou exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

33. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2021				2020			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		198.694	-	-	198.694	659.045	-	-	659.045
Consumidores	33.2.4	2.732.157	212.535	77.284	3.021.976	2.728.755	240.200	20.653	2.989.608
Concessionárias e permissionárias		342.194	-	(77.284)	264.910	278.193	-	(20.653)	257.540
Serviços em curso	33.2.5	313.929	(313.325)	(604)	-	608.947	(608.343)	(604)	-
Tributos Compensáveis		1.907.198	-	-	1.907.198	1.483.677	-	-	1.483.677
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		45.363	-	-	45.363	128.539	-	-	128.539
Almoxarifado operacional		29.963	-	-	29.963	29.312	-	-	29.312
Investimentos temporários	33.1.1	344.387	-	(2.144)	342.243	2.113.927	-	(9.808)	2.104.119
Ativos financeiros setoriais	33.2.1	3.386.001	(2.164.568)	-	1.221.433	918.077	(918.077)	-	-
Despesas pagas antecipadamente	33.1.2	3.761	-	(3.761)	-	2.712	-	(2.712)	-
Outros ativos circulantes	33.1.1 33.1.2 33.1.3 33.2.1	715.330	(5.379)	19.247	729.198	420.423	(5.375)	25.881	440.929
TOTAL DO CIRCULANTE		10.018.977	(2.270.737)	12.738	7.760.978	9.371.607	(1.291.595)	12.757	8.092.769
Bens destinados à alienação	33.1.3	12.738	-	(12.738)	-	12.757	-	(12.757)	-
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores	33.2.4	128.534	(128.534)	-	-	240.928	(120.887)	-	120.041
Concessionárias e permissionárias		48.148	-	-	48.148	34.085	-	-	34.085
Tributos compensáveis		1.197.692	-	-	1.197.692	2.888.626	-	-	2.888.626
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		68.967	-	-	68.967	66.667	-	-	66.667
Depósitos judiciais e cauções		619.772	-	-	619.772	527.628	-	-	527.628
Tributos diferidos	33.2.10	1.900.201	(243.550)	-	1.656.651	1.958.122	(211.102)	-	1.747.020
Investimentos temporários		69.125	-	-	69.125	472.371	-	-	472.371
Ativos financeiros setoriais	33.2.1	1.735.913	(809.798)	-	926.115	727.813	(595.132)	-	132.681
Ativos financeiros da concessão	33.2.1	-	683.729	-	683.729	-	530.058	-	530.058
Bens e direitos para uso futuro	33.1.4	94	-	(94)	-	94	-	(94)	-
Serviços em curso	33.2.5	79.268	(79.268)	-	-	23.570	(23.570)	-	-
Outros ativos não circulantes	33.1.4 33.1.5	7.759	-	5.593	13.352	8.243	-	5.622	13.865
Bens e atividades não vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica	33.1.5	5.499	-	(5.499)	-	5.528	-	(5.528)	-
Imobilizado	33.2.1 33.2.2 33.2.6	17.378.683	(17.378.683)	-	-	16.311.840	(16.311.840)	-	-
Ativos de contrato	33.2.6	-	1.926.652	-	1.926.652	-	1.141.599	-	1.141.599
Intangível	33.2.1 33.2.2 33.2.6	543.074	8.906.564	-	9.449.638	488.226	8.719.043	-	9.207.269
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	33.2.7	-	176.809	-	176.809	-	166.344	-	166.344
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.782.729	(6.946.079)	-	16.836.650	23.753.741	(6.705.487)	-	17.048.254
ATIVO TOTAL		33.814.444	(9.216.816)	-	24.597.628	33.138.105	(7.997.082)	-	25.141.023

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2021				2020			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		2.019.994	-	-	2.019.994	1.783.607	-	-	1.783.607
Empréstimos, financiamentos e debêntures		875.254	-	-	875.254	1.181.014	-	-	1.181.014
Obrigações sociais e trabalhistas		228.544	-	-	228.544	212.135	-	-	212.135
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		916.961	-	-	916.961	309.434	-	-	309.434
Benefício pós-emprego		244.559	-	-	244.559	213.283	-	-	213.283
Tributos		226.823	-	-	226.823	234.490	-	-	234.490
Encargos setoriais	33.2.5	812.503	(313.325)	-	499.178	876.039	(608.343)	-	267.696
Passivos financeiros setoriais	33.2.1	2.215.927	(2.164.568)	-	51.359	1.149.399	(918.077)	-	231.322
PLS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores		704.025	-	-	704.025	448.019	-	-	448.019
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	33.2.7	-	49.261	-	49.261	-	38.521	-	38.521
Outros passivos Circulantes		843.935	-	-	843.935	643.663	-	-	643.663
TOTAL DO CIRCULANTE		9.088.525	(2.428.632)	-	6.659.893	7.051.083	(1.487.899)	-	5.563.184
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.371.907	-	-	3.371.907	3.916.226	-	-	3.916.226
Benefício pós-emprego		3.928.836	-	-	3.928.836	4.433.298	-	-	4.433.298
Provisão para litígios		1.203.590	-	-	1.203.590	1.246.762	-	-	1.246.762
Encargos setoriais	33.2.5	276.725	(79.268)	-	197.457	257.807	(23.570)	-	234.237
Passivos financeiros setoriais	33.2.1	809.798	(809.798)	-	-	595.132	(595.132)	-	-
PLS/Pasep e Cofins a serem restituídos ao consumidor		2.132.289	-	-	2.132.289	3.569.837	-	-	3.569.837
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	33.2.7	-	141.751	-	141.751	-	139.241	-	139.241
Outros Passivos Não Circulantes		19.239	-	-	19.239	16.607	-	-	16.607
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	33.2.2	6.513.689	(6.513.689)	-	-	6.439.559	(6.439.559)	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		18.256.073	(7.261.004)	-	10.995.069	20.475.228	(6.919.020)	-	13.556.208
TOTAL DO PASSIVO		27.344.598	(9.689.636)	-	17.654.962	27.526.311	(8.406.919)	-	19.119.392
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social		5.371.998	-	-	5.371.998	5.371.998	-	-	5.371.998
Ajustes de avaliação patrimonial	33.2.1 33.2.10	(1.856.430)	23.059	-	(1.833.371)	(1.956.925)	(47.112)	-	(2.004.037)
Reservas de lucros	33.2.1 33.2.2 33.2.4 33.2.7	2.954.278	449.761	-	3.404.039	2.196.721	456.949	-	2.653.670
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.469.846	472.820	-	6.942.666	5.611.794	409.837	-	6.021.631
TOTAL DO PASSIVO E PAT.LÍQUIDO		33.814.444	(9.216.816)	-	24.597.628	33.138.105	(7.997.082)	-	25.141.023

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2021				2020			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		31.306.334	2.030.377	-	33.336.711	24.559.609	1.526.034	-	26.085.643
Fornecimento de energia elétrica		12.893.279	-	-	12.893.279	10.917.872	-	-	10.917.872
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		1.316.995	-	-	1.316.995	266.320	-	-	266.320
Energia elétrica de curto Prazo		618.607	-	-	618.607	-	-	-	-
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes		453.296	-	-	453.296	234.347	-	-	234.347
Disponibilização do sistema de distribuição		12.291.574	-	-	12.291.574	11.299.895	-	-	11.299.895
Ativos e passivos financeiros setoriais		2.146.043	-	-	2.146.043	454.741	-	-	454.741
Suprimentos a outras concessionárias		913	-	-	913	1.558	-	-	1.558
Serviços cobráveis		16.698	-	-	16.698	10.821	-	-	10.821
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.568.929	-	-	1.568.929	1.374.055	-	-	1.374.055
Receita de construção	33.2.3	-	1.802.361	-	1.802.361	-	1.384.334	-	1.384.334
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	33.2.1	-	53.751	-	53.751	-	15.465	-	15.465
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	33.2.8	-	(70.948)	-	(70.948)	-	(50.532)	-	(50.532)
Outras receitas	33.2.9	-	245.213	-	245.213	-	176.767	-	176.767
TRIBUTOS		(8.157.098)	(24.900)	-	(8.181.998)	(7.049.851)	(1.114)	-	(7.050.965)
ICMS	33.2.9	(5.852.366)	(2.217)	-	(5.854.583)	(5.272.516)	(554)	-	(5.273.070)
PIS/Pasep	33.2.9	(410.940)	(4.046)	-	(414.986)	(316.908)	(100)	-	(317.008)
Cofins	33.2.9	(1.892.816)	(18.637)	-	(1.911.453)	(1.459.701)	(460)	-	(1.460.161)
ISS		(976)	-	-	(976)	(726)	-	-	(726)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(2.810.032)	-	-	(2.810.032)	(2.523.016)	-	-	(2.523.016)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(89.955)	-	-	(89.955)	(72.632)	-	-	(72.632)
Programa de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE		(74.354)	-	-	(74.354)	(72.631)	-	-	(72.631)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(2.462.504)	-	-	(2.462.504)	(2.208.555)	-	-	(2.208.555)
Taxa de fisc. de serviços de energia elétrica – TFSEE		(21.207)	-	-	(21.207)	(19.779)	-	-	(19.779)
Encargos do consumidor Bandeiras tarifárias		(162.012)	-	-	(162.012)	(149.419)	-	-	(149.419)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO		20.339.204	2.005.477	-	22.344.681	14.986.742	1.524.920	-	16.511.662
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(14.852.695)	-	-	(14.852.695)	(9.960.012)	-	-	(9.960.012)
Energia elétrica comprada para revenda		(11.446.699)	-	-	(11.446.699)	(8.160.921)	-	-	(8.160.921)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(3.405.996)	-	-	(3.405.996)	(1.799.091)	-	-	(1.799.091)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.486.509	2.005.477	-	7.491.986	5.026.730	1.524.920	-	6.551.650
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.237.995)	(1.670.742)	-	(5.129.050)	(3.779.845)	(1.148.906)	-	(4.928.751)
Pessoal e administradores		(922.094)	-	-	(922.094)	(1.275.069)	-	-	(1.275.069)
Materiais		(64.961)	-	-	(64.961)	(60.841)	-	-	(60.841)
Serviços de terceiros		(1.221.938)	-	-	(1.221.938)	(1.055.390)	-	-	(1.055.390)
Arrendamentos e alugueis	33.2.7	(57.900)	56.753	-	(1.147)	(69.607)	63.595	-	(6.012)
Seguros		(10.964)	-	-	(10.964)	(9.491)	-	-	(9.491)
Doações, contribuições e subvenções		(15.989)	-	-	(15.989)	(17.491)	-	-	(17.491)
Provisões	33.2.4	-	-	-	-	-	-	-	-
	33.1.7	(173.817)	(35.313)	10.937	(198.193)	(496.801)	222.954	1.571	(272.276)
	33.2.1	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas na alienação de bens e direitos	33.2.2	(97.689)	7.974	-	(89.715)	(103.092)	11.637	-	(91.455)
(-) Recuperação de despesas		(62.527)	-	-	62.527	38.469	-	-	38.469
Tributos		(5.259)	-	-	(5.259)	(4.523)	-	-	(4.523)
Depreciação e amortização	33.2.1	-	-	-	-	-	-	-	-
	33.2.2	(713.852)	31.257	-	(682.595)	(730.777)	62.363	-	(668.414)
	33.2.7	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de construção	33.2.3	-	(1.802.361)	-	(1.802.361)	-	(1.384.334)	-	(1.384.334)
Gastos diversos	33.1.7	-	-	-	-	-	-	-	-
	33.2.8	(255.282)	70.948	(10.937)	(195.271)	(209.497)	50.532	(1.571)	(160.536)
Outras receitas operacionais	33.2.9	239.223	(220.313)	-	18.910	214.265	(175.653)	-	38.612
RESULTADO DA ATIVIDADE		2.248.514	114.422	-	2.362.936	1.246.885	376.014	-	1.622.899
Resultado Financeiro		11.459	(18.991)	-	(7.532)	28.635	(19.667)	-	8.968
Receitas financeiras	33.1.6	747.640	-	(90.285)	657.355	609.011	-	(88.820)	520.191
Despesas financeiras	33.1.6	-	-	-	-	-	-	-	-
	33.2.7	(736.181)	(18.991)	90.285	(664.887)	(580.376)	(19.667)	88.820	(511.223)
Resultado Antes dos tributos sobre o Lucro		2.259.973	95.431	-	2.355.404	1.275.520	356.347	-	1.631.867
Tributos sobre o Lucro	33.2.10	(622.415)	(32.448)	-	(654.863)	(309.157)	(121.156)	-	(430.313)
Resultado Líquido do Exercício		1.637.558	62.983	-	1.700.541	966.363	235.191	-	1.201.554

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2021	2020
Patrimônio Líquido Societário		6.942.666	6.021.631
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	33.2.1	(611.588)	(584.381)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	33.2.1	(34.983)	71.336
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.2.2		
	33.2.4	(84.000)	(119.313)
Operações de Arrendamento	33.2.7	14.199	11.417
Tributos diferidos (IR/CSLL)	33.2.10	243.553	211.104
Ajustes no PL acumulados no exercício		(472.820)	(409.837)
Patrimônio líquido regulatório		6.469.846	5.611.794

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2021	2020
Resultado do Exercício Societário		1.700.541	1.201.554
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	33.2.1	(53.751)	(15.465)
Amortização - ativo financeiro BRR	33.2.1	26.544	26.814
Depreciação/Amortização - custo histórico base de remuneração regulatória (BRR)	33.2.1		
	33.2.2	(98.345)	(136.277)
Base de remuneração regulatória (BRR) – perdas (reversão)	33.2.1		
	33.2.2	(7.974)	(11.637)
Amortização do direito de uso	33.2.7	(16.209)	(16.495)
Juros de arrendamento	33.2.7	18.991	19.667
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.2.4	35.313	(222.954)
Tributos diferidos (IR/CSLL)	33.2.10	32.448	121.156
Total de ajustes		(62.983)	(235.191)
Resultado do exercício - regulatório		1.637.558	966.363

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e as demonstrações financeiras societárias são como segue:

33.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

33.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

33.1.2 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

33.1.3 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

33.1.4 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.36 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

33.1.5 Bens e atividades não vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

33.1.6 Variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, o resultado financeiro de variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância ao MCSE, conforme técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 respectivamente.

Na contabilidade societária o resultado financeiro é apresentado líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

33.1.7 Provisão para perdas em ativos em curso

Na contabilidade regulatória os valores referentes às provisões/reversões de provisão para perdas em ativos em curso (obras canceladas) deve ser apresentado no grupo de provisão para redução ao valor recuperável, conforme técnica de funcionamento 7.2.21 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados na linha de outros custos (gastos diversos).

33.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

33.2.1 Ativos financeiros de infraestrutura e ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos de infraestrutura

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1).

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro a valor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais (CVA e outros componentes financeiros) são reconhecidos, em contas de ativo e passivo determinadas para este fim, segregados em curto e longo prazo, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (técnica de funcionamento 7.2.173). O resultado financeiro apurado sobre esses itens é apresentado nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância às técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados na rubrica ativo financeiro setorial da concessão e passivo financeiro setorial da concessão de forma líquida para o mesmo período de apuração, e somados aos demais ativos e passivos financeiros da concessão. O resultado financeiro é apresentado pelo líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

33.2.2 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro, ativo intangível e/ou ativos de contrato em conformidade com o IFRS 12/ICPC 01 (R1).

33.2.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e custos de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e IFRS 15/CPC 47.

33.2.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Na contabilidade regulatória, os valores da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD são calculados conforme parâmetros definidos no item 6.3.3 e da técnica de funcionamento 7.2.8 do MCSE.

Na contabilidade societária, a PECLD é calculada de acordo com a IFRS 9/CPC 48, que determina que as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras societárias foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, sem transitar pelo resultado do exercício.

33.2.5 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.98 e 7.2.99 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber, o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

33.2.6 Ativos de contrato

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01 (R1). Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão, durante o período de construção, passaram a ser classificados como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados, sendo posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e intangível, na entrada em operação.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados como ativo imobilizado e ativo intangível.

33.2.7 Operações de arrendamento mercantil

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 16/CPC 06 (R2) impactaram a mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. Conforme requerido no pronunciamento, os arrendatários devem contabilizar todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Na contabilidade regulatória estes valores são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

33.2.8 Multa por violação de padrão indicador de continuidade

Os ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, são reconhecidos como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD), conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Na contabilidade regulatória os valores continuam sendo apresentados como despesa, na rubrica de gastos diversos, conforme disposto na técnica de funcionamento 7.2.221 do MCSE.

33.2.9 Outras receitas operacionais

Arrendamentos e aluguéis e Prestação de serviços

Na contabilidade societária, as receitas auferidas com arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços são apresentadas no grupo de receita operacional, compondo o total da receita líquida.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de outras receitas operacionais, na rubrica de arrendamentos e aluguéis e outros, conforme técnicas de funcionamento 7.2.184 e 7.2.185 do MCSE.

Outras receitas operacionais

Trata-se de valores referentes às demais receitas operacionais e tributos incidentes sobre essas receitas que, na contabilidade societária são somados à receita operacional e na contabilidade regulatória são apresentadas como redutoras dos custos gerenciáveis (parcela B), conforme item 6.2.15 - Atividade não Vinculada à Concessão, do MCSE, e técnicas de funcionamento 7.2.189 e 7.2.190 do MCSE.

33.2.10 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Juros sobre Capital Próprio

Em 22 de março de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre Capital Próprio – JCP no montante de R\$130.457, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2022, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Cemig aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Maurício Dall’Agnese
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira
e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 32 às demonstrações contábeis regulatórias, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, que envolvem e incluem também alguns de seus executivos. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações contábeis regulatórias, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível da concessão nos montantes de R\$ 17.378.683 mil e R\$ 543.074 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da diretoria. Durante o ano de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 2.275.613 mil.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis regulatórias vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 32 às demonstrações contábeis regulatórias, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Ao final de 2020, os órgãos de governança da sua controladora autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos e apurar alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre eventuais irregularidades em processos licitatórios de compras. Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado e encaminhado às autoridades públicas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquéritos instaurada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria tendo em vista o grau de julgamento e complexidade inerentes a estes processos de investigação interna e conduzidos por autoridades públicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise do processo e controles implementados pela Companhia para identificação de descumprimento das leis e regulamentos (ii) revisão do relatório de investigação interna independente emitido por empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) compreender e avaliar as principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações; (iv) realizar discussões sobre o assunto junto ao Comitê de Auditoria, aos membros da Comissão de investigações (CEI), bem como com a área de Compliance e Auditoria Interna; (v) realizar testes de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos profissionais de *forensics* para auxiliar em nossa avaliação dos procedimentos e conclusões da investigação interna; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados e avaliação realizada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações incluídas em nota explicativa 32, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

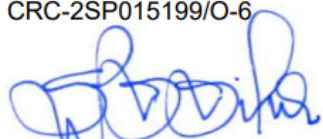
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 19:15 UTC
BRy
058.***-50
Reynaldo Passanezi Filho



Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 17:23 UTC
BRy
469.***-53
Mário Lúcio Braga



Mário Lúcio Braga
Superintendente de Contraladoria
CRC-MG 47.822

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 18:20 UTC
BRy
617.***-20
Leonardo George de Magalhães



Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações
com Investidores

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 16:20 UTC
BRy
296.***-77
José Guilherme Grigolli Martins



José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador – CRC-1SP 242451/04

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs relativas ao exercício de 2021 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 29 de abril de 2022, declaram não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as DCRs e que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Assinatura Eletrônica
02/05/2022 12:24 UTC

 *Gustavo de Oliveira Barbosa*

494.***.***-20
Gustavo de Oliveira Barbosa

Gustavo de Oliveira Barbosa

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 23:23 UTC

 *Claudio Morais Machado*

070.***.***-87
Claudio Morais Machado

Cláudio Morais Machado

Assinatura Eletrônica
02/05/2022 19:08 UTC

 *Elizabeth Jucá e Mello Jacometti*

454.***.***-49
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Assinatura Eletrônica
02/05/2022 13:50 UTC

 *Michele da Silva Gonsales Torres*

324.***.***-00
Michele da Silva Gonsales Torres

Michele da Silva Gonsales Torres